

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

JOÃO GABRIEL DO VALE MARTINS

**Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Botucatu-SP
Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e (re)produção camponesa**

**SÃO PAULO
2021**

JOÃO GABRIEL DO VALE MARTINS

Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Botucatu-SP
Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e (re)produção camponesa

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de Bacharel em Geografia pela
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos

SÃO PAULO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Martins, João Gabriel Do Vale.

Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Botucatu-SP: Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e (re)produção camponesa – 2021;

Monografia (Trabalho de Graduação Individual) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

Área de Concentração: Geografia Agrária.

1. Geografia Agrária. 2. Reprodução Camponesa. 3. Agroecologia. 4. Comunidade que Sustenta a Agricultura. 5. Circuitos Curtos de Comercialização. 6. Botucatu-SP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Maria e aos meus irmãos Otávio e Ana Laura, pelo amor incondicional.

Agradeço ao meu pai Eduardo, pelo exemplo de amor, respeito ao semelhante e por todo apoio, compreensão e amor ao longo da vida.

Agradeço ao curso de Geografia por todos os aprendizados e por permitir enxergar o mundo com outros olhos, de maneira mais crítica.

Um grande agradecimento a todos os funcionários do Departamento de Geografia – Wal, Ana, Patrícia, Pablo, entre outros, que me ajudaram dando todo o suporte que podiam nos laboratórios de pesquisa, nos eventos acadêmicos e na rotina do dia a dia.

Agradeço aos professores: Marta, Rita, Monica, Colangelo, Glória, Julio, Anselmo, Bianca, Everton, Simone, Fernanda, Eduardo, Débora, André Martin, Cleide, Bittar, Sueli, pelos aprendizados. Agradeço aos estudantes de pós-graduação que conheci durante a graduação, entre eles: Helga, Francine, Angélica, Rosiete, Leonardo, Igor, Melissa, Aline,

Agradeço aos amigos especiais que fiz durante o curso de Geografia.

Agradeço aos diversos grupos de estudos e eventos acadêmicos que participei e ajudei a organizar, pelo enriquecimento da minha formação.

Agradeço à monitoria das disciplinas de Geografia Agrária I e II com as professoras Valéria e Marta e à disciplina de Regionalização do Espaço Brasileiro por alicerçar os meus conhecimentos da geografia.

À minha orientadora Valéria de Marcos por todo acompanhamento durante a minha jornada acadêmica no bacharelado e pela paciência durante o curso, desde da disciplina de Geografia Agrária I até a finalização, no Trabalho de Graduação Individual.

"Se a gente nota. Que uma só nota. Já nos esgota. O show perde a razão.
Mas iremos achar o tom. Um acorde com lindo som. Outra vez o nosso cantar [...]
O show tem que continuar [...]" – Luiz Carlos da Vila

RESUMO

MARTINS, João Gabriel Do Vale Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Botucatu-SP: Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e (re)produção camponesa. Trabalho de Graduação Individual – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A realidade agrária mundial refletida em um sistema alimentar controlado hegemonicamente por um complexo de redes do agronegócio subordinou a produção agrícola camponesa, sujeitando a sua autonomia e as condições para garantia de sua reprodução social. Por esse ângulo, os avanços técnico-científicos no campo promovidos pela Revolução Verde, buscaram impor um modelo de agricultura mecanizada com uso intensivo de defensivos químicos e a exploração predatória dos recursos naturais aliados a práticas da sociedade contemporânea globalizada associados ao consumismo, individualismo e à insaciabilidade. Assim, o propósito desta pesquisa é explorar modelos de contraposição a esta realidade sustentados em lógicas contraditórias, baseadas na produção agroecológica e em modelos da economia solidária que abrem possibilidades para a reprodução camponesa e a re-existência de suas territorialidades. Assim, pretendemos analisar, a dinâmica de experiências de Redes Alimentares Alternativas no movimento de circuitos curtos (CC) de comercialização a partir das experiências da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no Brasil. Essas experiências consistem em uma possibilidade de associativismo solidário entre produtores camponeses e consumidores, articulados por princípios de confiança que fogem da lógica neoliberal no campo. Apesar da rápida expansão da CSA no país, ainda se observam lacunas em trabalhos científicos que explorem as suas práticas e desenvolvimento. Entendemos que as experiências de CSA se inserem na discussão da atualidade de um desenvolvimento agrícola alternativo que, além de local, seja capaz de autossustentar-se, concedendo espaços para (re)produção camponesa no século XXI.

Palavras-chave: Reprodução Camponesa, circuitos curtos de comercialização, Comunidade que Sustenta a Agricultura, Botucatu-SP.

ABSTRACT

MARTINS, João Gabriel Do Vale. Community-Supported Agriculture (CSA) in Botucatu-SP: Short commercialization, agroecology and peasant (re)production. Individual Graduation Project – School of Philosophy, Languages and Human Resources, São Paulo, University, São Paulo, 2021.

The global agrarian reflected in a food system hegemonically controlled by a complex of agribusiness networks subordinated peasant agricultural production, subjecting their autonomy and the conditions to guarantee their social reproduction. From this angle, the scientific technical advances in agriculture promoted by the Green Revolution, sought to impose a mechanized agriculture with intensive use of chemical pesticides and the predatory exploitation of natural resources combined with practices of a global society associated with consumerism, individualism and insatiability. Thus, the purpose of this research is to explore models of opposition to this reality that are sustained in contradictory logics, based on agroecological production and models of economic solidarity that open possibilities for re-existence of peasant territoriality. We intend to analyze the dynamics of experiences Alternative Food Networks in the movement of short circuits (CC) in the evolution of the Community-supported agriculture (CSA) in Brazil. These experiences consist of a possibility of solidary associations between peasant producers and consumers, based on principles of trust that run away from the current neoliberal logic. Despite the rapid expansion of the CSA in the country, there are still gaps in scientific studies that explore its practices and development. We understand that CSA, enter into the discussion of the present day of an alternative agricultural development that, in addition to being local, is capable of self-sustainability, granting spaces for peasant (re)production in the 21st century.

Keywords: Peasant Reproduction, short commercialization circuits, Community-Supported Agriculture, Botucatu-SP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O entendimento sobre o campesinato na Geografia Agrária.....	10
1.1 As vertentes interpretativas do campo.....	11
1.2 O campesinato nos autores clássicos	18
1.3 A reprodução do campesinato no século XXI.....	21
2. Dimensões da mundialização da agricultura e modernização dos mercados agroalimentares.....	26
3. Circuitos curtos de Comercialização e as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)	35
4. Territorialidade camponesa e o CSA Demétria.....	49
Considerações Finais	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

O estudo do paradigma agrário do mundo atual demonstra um cenário de concentração econômica no âmbito da atividade agroalimentar, controlado por um complexo de redes do agronegócio, que exerce particular pressão sobre a agricultura camponesa, comprometendo sua autonomia e condições para garantia de sua reprodução social. Esse panorama é refletido como uma crise socioambiental que também é a crise da civilização contemporânea (LEFF, 2004).

O campesinato, entendido como uma classe social no seio do capitalismo com um modo de vida singular têm resistido com novas formas de comercialização no campo. Dessa forma, se torna necessário o acompanhamento das diversas formas de resistência construídas por camponeses empenhados na busca de alternativas, por meio de formas contra-hegemônicas de *produzir* no campo que permitem a *reprodução* do seu modo de vida (FERNANDES, 2019) configurando frações de território distintas.

Neste trabalho analisamos a experiência da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) que por meio de circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos representa uma das formas de resistência camponesa na atualidade. Para isso, o presente trabalho está dividido em 4 capítulos com os seguintes aspectos: O primeiro capítulo apresenta as correntes e interpretações sobre o campesinato na geografia agrária. No segundo capítulo refletimos a respeito da modernização da agricultura no campo e sobre oligopolização do setor agroalimentar, colocando as consequências desse processo.

No terceiro capítulo, nos debruçamos a respeito dos circuitos curtos de comercialização como uma alternativa para o consumo de alimentos saudáveis e de origem camponesa e colocamos em questão as CSAs no mundo e no Brasil, traçando o histórico do movimento. No quarto capítulo, olhamos a experiência do CSA Demétria na cidade de Botucatu. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1. O entendimento sobre o campesinato na Geografia Agrária

O presente capítulo tem por objetivo discutir as principais bases conceituais e teóricas abordadas na pesquisa desenvolvida, a partir das discussões presentes dentro da Geografia Agrária, Sociologia Rural e da Economia Política. Iremos apresentar interpretações de diversos pesquisadores a respeito do entendimento das relações sociais no campo, de forma a capturar as diferenças de suas visões, sejam eles autores clássicos ou contemporâneos. Isso auxiliará na construção de um entendimento dos processos socioterritoriais agrários sob o modo de produção capitalista, a partir das interações de classe no campo (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2005).

Nesse sentido, na medida em que aprofundamos os estudos relativos à questão agrária e ao campesinato, é inevitável nos depararmos com correntes de pensamento que se dedicam à interpretação do processo de (re)produção do campesinato na sociedade capitalista. Durante grande parte da história da humanidade, a agricultura camponesa foi predominante, mas com o progressivo avanço do modelo urbano-industrial hegemônico, a crença no “fim do campesinato” tornou-se amplamente difundida em estudos no decorrer do século XX, tanto entre capitalistas quanto entre os socialistas (CARVALHO & FRANCO, 2012). Apesar disso, o que visualizamos na atualidade é que os movimentos sociopolíticos do campesinato nos dias de hoje “estão no epicentro das lutas contra a globalização neoliberal” (VELTMEYER & PETRAS, 2008, p. 81). Segundo Veltmeyer & Petras (2008, p. 81):

Apesar do debate acalorado sobre algumas destas questões, na atual era de globalização neoliberal, podemos perceber pelo menos um “fato”: sob as condições combinadas de uma crise fiscal e de um profundo “impasse teórico” nos anos 1980 e o subsequente avanço do capitalismo, os camponeses mais uma vez desafiaram a teoria e a história para que compusessem, eles próprios, a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista em sua fase mais recente.

Dessa forma, os camponeses, por meio dos movimentos sociais atuais, sejam eles em território nacional ou em nível internacional têm se colocado como expoentes “antiglobalização” no capitalismo contemporâneo, se colocando na luta pela soberania alimentar e se empenhando na produção agroecológica. Esses movimentos confrontam e desafiam diretamente organismos internacionais (OMC, FMI, Banco

Mundial), reproduzindo na nova era neoliberal o seu modo de vida distinto do hegemônico.

Assim, a compreensão da existência e da vida camponesa na atualidade exige um olhar atento às transformações capitalistas ocorridas no campo no final do século XX e início do século XXI, e às interferências que as mudanças ocorridas nesse período têm provocado na fração do território camponês. Além disso, é preciso enxergarmos as possibilidades que esses sujeitos estão colocados na atualidade.

Acreditamos que o campesinato como parte da sociedade capitalista dos dias de hoje apresenta novas facetas econômicas, sociais e culturais que, longe de representar uma “descampesinização”, tece novas e diferentes estratégias de trabalho e produção pautadas em seu modo de vida (ROSA & STACCIARINI, 2016). Os diversos movimentos sociais ligados ao campo, sejam eles nacionais ou internacionais, têm resistido bravamente contra a mundialização do capitalismo contemporâneo e buscado novas formas de (re)produção na agricultura, alinhados à luta da agroecologia e soberania alimentar. Há também experiências de circuitos curtos de comercialização ligados à Economia Solidária, como as Comunidades que Sustentam a Agricultura ao redor do mundo e, mais recentemente, também no Brasil, as quais serão apresentadas neste trabalho.

1.1 As vertentes interpretativas do campo

Analisar teoricamente o conceito de campesinato não é uma tarefa fácil principalmente porque o debate da literatura internacional influenciada pelo neoliberalismo substituiu o termo campesinato por “agricultura familiar” para provimento de políticas públicas e na tentativa de invisibilizarão desses sujeitos no campo (MARQUES, 2008; CAMPOS, 2006)¹. Além disso, esse é um debate profundo, complexo e polêmico e por isso não pretendemos nos aprofundar nas análises dos

¹ Segundo Wanderley (2015), em 1990, as políticas neoliberais do Banco Mundial para a América Latina, fortaleceu-se a categoria operacional de agricultor familiar como forma de diluição histórico-política do conceito de campesinato. Para Carvalho (2010), “[...] as políticas públicas direcionadas à denominada 'agricultura familiar', ao serem orgânicas aos interesses de classe das classes dominantes no campo, induzem e submetem a reprodução social da agricultura camponesa à racionalidade capitalista, não somente pela emulação para a adoção do modelo de produção e tecnológico dominante e pela aceitação passiva da perda do controle familiar sobre os processos de trabalho da unidade de produção, mas, sobretudo, por intencionalmente negarem a presença efetiva de uma outra lógica de produção como a camponesa contemporânea”.

autores que defendem o fim do campesinato ou daqueles que pregam a sua continuidade dentro do modo de produção capitalista de forma subordinada, ou seja, uma classe social e política. Pretendemos aqui, explicar os diferentes olhares da questão agrária e do campesinato, conhecendo os principais autores para entendermos as diversas formas com que o campesinato se reproduz hoje e a relação desses sujeitos com o mercado. Isso permitirá entendermos que diferentes formas de comercialização, como em circuitos-curtos de comercialização, possibilitam a recriação de um modo de vida camponesa, distinto do modelo vendido como “moderno” no campo.

As discussões sobre a agricultura e as relações de produção que ela engrena perpassa pelo debate sobre o (des)aparecimento da agricultura camponesa que está centrado no pensamento brasileiro, a partir de dois principais paradigmas: do capitalismo agrário e da questão agrária. Esses dois paradigmas centrais são colocados como um tema de recorrente importância, que ganha visibilidade em diferentes contextos e perspectivas teóricas com diferentes entendimentos e concepções que estão em constante mudança, pois se referem a processos dinâmicos, sendo (re)significados e (re)elaborados pelos próprios sujeitos que permanentemente “se fazem” nas lutas por diferentes modos de vida (GASPARETO, 2016).

O debate sobre o campesinato para Guzmán e Molina (2013) está assentado de acordo com matrizes políticas no pensamento marxista a partir de três matrizes distintas sobre a questão agrária: (1) o marxismo ortodoxo, baseado nos pensamentos de Marx e Engels e tendo como maiores expoentes da questão agrária os dirigentes políticos Karl Kautsky e Lênin. (2) o narodnismo marxista, dos chamados populistas russos, no embrião do Partido Social-Democrata Russo e das correntes Bolcheviques e Mencheviques; (3) e o marxismo chayanoviano, que tem no agrônomo Alexander Chayanov seu principal referencial teórico.

Na produção acadêmica brasileira a discussão sobre o destino do campesinato é colocada em dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. De acordo com Fernandes (2016, p. 1):

Paradigmas são modelos interpretativos compostos por tendências. Promover o debate paradigmático é um procedimento para analisar suas diferenças, relações e proposições. A construção do conhecimento por meio de elaborações teóricas constitui visões de mundo, sendo, portanto, uma opção política para se desenvolver os modelos alternativos e/ou o hegemônico.

De acordo com Fernandes (2016), o paradigma da questão agrária compreende que as relações capitalistas de produção produzem desigualdades que provocam a destruição do campesinato e das experiências populares, portanto o problema está no modo de produção que, pela concentração fundiária, mantém há séculos o modelo hegemônico de produção monocultora em grande escala para exportação e na produção homogênea dos territórios de controle nas cidades. Fernandes (2008) afirma que:

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008, p. 390).

Dentro do Paradigma da Questão Agrária são apresentadas duas vertentes distintas: a primeira, a proletarista tem como ênfase as relações capitalistas de produção, e entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; a segunda, a campesinista, tem como ênfase as relações de produção camponesas e seu enfrentamento com o capital, sendo a luta pela terra e a reforma agrária experiências que possibilitam a criação e recriação do campesinato no capitalismo (SOUZA, 2007).

De acordo com Fernandes (2016), o paradigma do capitalismo agrário e urbano entende que o problema não está em suas relações de produção, mas na agricultura camponesa, que não é competitiva, embora haja uma fração, em torno de 10%, que pode parcialmente estar subordinada ao agronegócio. Segundo a visão do paradigma do capitalismo agrário seria necessário desterritorializar 90% dos camponeses brasileiros, de modo que o agronegócio ou modelo hegemônico possa se apropriar desses territórios, intensificando a concentração fundiária (FERNANDES, 2016).

Dentro do paradigma da questão agrária, Oliveira (2005) aponta três vias de interpretação teóricas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo que influenciaram a produção dos estudiosos do campo, em especial na Geografia Agrária, sobre o lugar do campesinato no desenvolvimento do capitalismo, com um diagnóstico próprio das relações de propriedade e de produção que estão em vigor no campo.

A primeira vertente é composta por um conjunto de autores que não concebem a capacidade do campesinato de se reproduzir socialmente na atualidade, representando uma tendência proletarista, ou seja, defendendo que a proletarização do campesinato no capitalismo é algo necessário para atingir o desenvolvimento pleno das forças produtivas (processo essencial para atingirmos o socialismo), fazendo uma leitura linear do processo histórico de criação/destruição dessas sociedades em outros modos de produção (OLIVEIRA, 2005).

Esta primeira vertente defende a generalização e dominação do capital em todos os setores de produção, entendendo o campesinato como uma classe que provém do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo de maneira provisória como resquício, e, portanto, essas relações de produção deveriam ser superadas para que houvesse o avanço do capitalismo no campo. Para Oliveira (2005, p. 70), esses autores:

[...] defendem o ponto de vista de que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo.

Entre aqueles que possuem essa interpretação na visão do autor estão: Maurice Dobb, Néelson Werneck Sodré, Orlando Valverde, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, entre outros. Assim, nessa vertente teórica houve feudalismo no Brasil e relações feudais e semifeudais de produção são vistas até os dias de hoje com a presença dos camponeses no campo. Dessa forma, o setor urbano industrial é visto como propulsor do modo de produção capitalista e necessita perpetuar no campo como uma forma de superar o setor semifeudal, pré-capitalista e atrasado do campo.

Por isso, os autores pertencentes a esta vertente costumam afirmar que “o capitalismo está penetrando no campo” (OLIVEIRA, 2003, p. 05). Processo que se realizaria, via de regra, em três fases: a primeira fase, seria dada pela separação do camponês das suas relações comunitárias tradicionais, o que extinguiria a chamada “economia natural” e transformaria o pequeno agricultor familiar camponês em produtor individual; a segunda fase, seria determinada pela introdução da economia de mercado, ligando o camponês, produtor individual, exclusivamente à produção agropecuária de mercado; a terceira fase, seria o processo de separação do camponês, enquanto produtor individual, dos meios de produção – já que o camponês se endividaria com empréstimos e juros que o fariam, no final, não ter escolha a não ser vender a propriedade e a tornar-se um trabalhador assalariado (OLIVEIRA, 2007).

Uma segunda vertente interpretativa, entende que o futuro da questão agrária coloca a proletarianização do campesinato como resultado da expansão do capitalismo no campo e, portanto, ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo, em sua etapa monopolista, entende que os camponeses (e as relações não capitalistas que eles representam) como “resíduos em vias de extinção”. Esta vertente entende que

[...] o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguirá. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos ou até mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. (OLIVEIRA, 2005, p.71)

Os camponeses, para autores que comungam dessa abordagem, são “incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p. 130)², indicando o desaparecimento do

² Para Abramovay (ABRAMOVAY, 1990, p. 10, 32-33 apud. NAKAMURA, 2017, p.135) um dos autores dessa segunda vertente, “a impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n'O Capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social [...]. As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociedade contemporânea são **a burguesia e o proletariado**. [...] É importante ressaltar, sob ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a ideia de uma economia camponesa. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo, o conduz fatalmente à auto-negação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração

campesinato como modo de produzir e viver e admitindo-o como um resquício que deveria ceder lugar às formas capitalistas de produção. Nessa corrente, a visão do campo é estritamente evolucionista, e autores dessa corrente, como Ricardo Abramovay, relatam a metamorfose do camponês em um agricultor familiar ligando-se ao mercado capitalista ou proletarizando em outro setor da econômico. Fernandes pontua que:

Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que veem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário (FERNANDES, 2008, p. 4-5 apud NAKAMURA, 2017, p.136).

Marcos (2019) salienta que a utilização do termo agricultor familiar prioriza a atividade produtiva altamente especializada, altamente mecanizada, totalmente voltada ao mercado. Em outras palavras “o campo estaria todo modernizado, com propriedade mecanizada e a produção voltada para o mercado, que orienta a prática e as escolhas produtivas” (MARCOS, 2019, p.96). De acordo com Marques (2008):

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese [...]. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. [...] o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUES, 2008, p. 61 apud. NAKAMURA, 2017, p.137)

Dessa forma, ancorados nesta vertente interpretativa, autores como Karl Kautsky (1998), Vladimir Ilitch Lênin (1985), José Graziano da Silva (1980a) e Ricardo Abramovay (1990), entendem que a generalização das relações tipicamente capitalistas no campo se realizaria através da modernização dos latifúndios e da transformação dos camponeses em proletários ou pequenos capitalistas agrários (agricultor familiar).

do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, **o camponês pode ser no máximo um resquício**, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção

Assim sendo, as duas primeiras vertentes apontadas por Oliveira (2005), não acreditam na continuidade do campesinato com o avanço e expansão do modo de produção capitalista no campo, já que no capitalismo a sociedade capitalista compõe-se por duas classes sociais: os capitalistas (proprietário dos meios de produção) e os proletários (trabalhadores assalariados).

Porém, há ainda uma terceira vertente que defende a recriação camponesa a partir de um processo contraditório, se colocando como uma classe social de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Dessa forma, para essa corrente, o campesinato nasce e se reproduz no seio do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o processo de desenvolvimento do capital é contraditório, pois se realiza, ao mesmo tempo, por relações tipicamente capitalistas no campo, utilizando-se, também, das relações não-capitalistas, no caso do campo brasileiro, o campesinato. Assim, os autores dessa vertente confiam na recriação do campesinato e não em seu desaparecimento, como previsto nas outras tendências colocadas. Nessa perspectiva, na terceira corrente:

[...] o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

A tendência campesinista defende a recriação e resistência camponesa no modo de produção capitalista, a partir da tese do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo no campo que cria/destrói/recria territórios camponeses e, por meio da luta dos movimentos camponeses e de formas de (re)produção de seu modo de vida, a possibilidade da conquista de seus territórios e, conseqüente, a sua reterritorialização. Entre que defendem essa tese, encontramos autores como Chayanov, Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Oliveira, Margarida Maria Moura e José Vicente Tavares da Silva.

1.2 O campesinato nos autores clássicos

Chamamos de pensamento clássico da questão agrária, mais especificamente, as elaborações de três autores: Kautsky, Lênin e Chayanov. Todos eles são marxistas, porém, de correntes diferentes. Além disso não eram somente intelectuais, como também dirigentes de organizações comunistas e partidos Social-Democratas ligados à Internacional Comunista, precisamente do final do século XIX e início do XX.

Karl Kautsky em sua obra “*A Questão Agrária*”, publicada em 1899, procurou mostrar a superioridade da grande produção capitalista sobre a pequena produção camponesa, considerando o campesinato como uma anomalia em vias de desaparecimento (SOUZA, 2012). Para Kautsky, o no estudo da agricultura no capitalismo:

Examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas (KAUTSKY, 1986, p. 15)

Por isso, para ele, a lógica industrial ligada ao capital seria expandida rapidamente ao campo, transformando as terras em meios de produção capitalista e os camponeses em força de trabalho para a atividade industrial. Assim, ao estudar o papel dos camponeses na construção da sociedade, os considerava uma produção impraticável, defendendo a produção capitalista como solução no campo. Entendia, dessa maneira, que o campesinato nos tempos da Idade Média era indestrutível, pela não dependência do mercado para reproduzir seu modo de vida, mas na medida que o capitalismo avançava nas cidades por meio da indústria, a necessidade do dinheiro na sociedade aumentava, transformando o camponês em um agricultor puro.

Assim, o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi do início: um agricultor puro [...] O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ela ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura (KAUTSKY, 1972, p.72)

Desse modo, se cria uma integração industrial na agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo modo de produção capitalista, deixando de ser

camponês “de subsistência” e tornando-se agricultor voltado para a produção do mercado. Assim, Kautsky compreendia o campesinato como uma classe que se apresentava como um entrave para a superação do modo de produção capitalista. Segundo ele, o capitalismo somente vislumbrava viabilidade econômica na grande exploração:

Tendo em vista, pois, todas as vantagens de que o grande estabelecimento se beneficia na agricultura, as pequenas perdas sofridas em áreas de cultivo, sua economia em inventário (morto e vivo), sua possibilidade de recorrer à maquinaria, vantagens com as quais o pequeno estabelecimento não conta; considerando ainda que no grande estabelecimento de exploração agrícola pode haver uma divisão do trabalho, uma administração cientificamente treinada e uma superioridade comercial característica, vantagens que, mais do que ao pequeno estabelecimento, lhe permitem obter mais facilmente crédito (etc.) (KAUTSKY, 1986, p.98).

Nessa interpretação o capitalismo, ao chegar no campo, faria com que os camponeses se tornassem agricultores atrasados e, ao serem explorados pelas revoluções científicas, fossem levados à falência, sendo obrigados a vender suas terras e sua força de trabalho, tornando-se proletários. A modalidade da família camponesa de trabalho acessório desapareceria, fazendo com que se desintegrassem, tornando-se força de trabalho assalariada, de forma a defender a superioridade da grande propriedade rural, como a mais produtiva e eficiente da pequena propriedade camponesa.

Lênin (1988) em sua obra “*O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*”, de maneira semelhante, entendia que o desenvolvimento do mercado agrícola com a evolução das técnicas produtivas levaria inevitavelmente à desintegração das sociedades campesinas e ao seu conseqüente desaparecimento no capitalismo:

[...] o campesinato (...) deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1988, p. 114).

Lênin demonstra que a inserção do capitalismo na agricultura provoca um antagonismo nas classes sociais rurais, onde de um lado estaria a burguesia rural e de outro operários agrícolas. O capitalismo, nesse ponto de vista, atuaria de forma a transformar “[...] o camponês, de um lado, em operário agrícola e, doutro, em pequeno

produtor de mercadorias, em pequeno burguês; a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo” (LÊNIN, 1988, p. 99).

Sendo assim, Lênin também apontava a tendência do desaparecimento do campesinato na medida em que o capitalismo mercantil avançasse no campo. Para ele, a industrialização do campo levaria a um antagonismo de classes no espaço agrário, por um lado o crescimento da grande indústria agrícola poderia proletarizar o camponês, ou por outro lado, poderia transformá-lo em empresário rural, devido a ampliação de sua unidade agrícola (MARQUES, 2008).

Por fim, a obra de Chayanov (1981) intitulada “*La Organización de la Unidad Económica Campesina*” questionou sobre como a existência do campesinato ainda no final do século XX permanecia como uma principal forma de produção, de forma a iniciar um estudo aprofundado sobre essas sociedades, procurando características comuns que provavam a existência e resistência dos camponeses no capitalismo.

Dessa forma, pontuou a resistência do trabalho familiar camponês, que atua não para inserção ou acúmulo de capital, mas para suprir as necessidades dos membros da família a que pertence, elencando formas de cooperação como uma grande saída para os camponeses concorrerem com as grandes empresas do capital.

De simples herramienta de los pequeños productores de mercancías, creada por éstos en su lucha por la existencia en la sociedad capitalista, el sistema se convierte en uno de los principales componentes de modo socialista de producción. En otras palabras, de herramienta técnica de un grupo social, o aun de una clase, se convierte en una de las bases de sistema económico de la nueva sociedad (CHAYANOV, 1974, p. 317-318).

Assim, Chayanov entendia o campesinato sob um prisma diferente dos marxistas, compreendendo que a racionalidade camponesa era não capitalista, e que então sua interpretação deveria ser diferente das análises do modo de produção capitalista.

Seus escritos compreendem a agricultura camponesa não só como uma forma de produzir, como também um modo de vida, que estrutura estratégias de produção e reprodução buscando integrar as esferas da vida econômica, social, ambiental e cultural. Nesse seguimento, a obra de Chayanov entende que a “agricultura moderna” age de maneira dispersa e independente dos camponeses (CHAYANOV, 1974, p. 312).

Para o autor, o modo de produção capitalista não se coloca em um processo de horizontalização (homogêneo) como Lênin e outros intelectuais apontavam, e sim em um movimento vertical, ou seja, atingindo de maneiras distintas em diferentes setores sociais no campo, abrindo de acordo com o grau de exploração, possibilidades para o campesinato continuar a existir. Petersen (2009, p. 85) nos traz uma interessante reflexão sobre as correntes interpretativas a respeito do campesinato:

Apesar desse promissor caminho teórico aberto por Chayanov, as principais orientações intelectuais dos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura permaneceram amplamente insensíveis aos fenômenos empíricos. Essa postura fez com que, no decorrer da história, as contradições entre a teoria e a prática se acentuassem. Dessa forma, o pensamento social dominante mostrou-se cada vez mais defasado e inoperante para explicar os fenômenos sociológicos e econômicos correntes no mundo rural, em particular as estratégias pelas quais a agricultura camponesa persevera e se renova continuamente. Explica-se, assim, um dos maiores paradoxos do mundo rural dos dias de hoje: a onipresença e a invisibilidade da agricultura camponesa.

Assim, a tendência campesinista defendida neste trabalho, parte de uma leitura geográfica segundo a qual a questão agrária/camponesa se reproduz no interior do capitalismo por meio das disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato em relações de subordinação. O campesinato é visto como classe social e como um modo de vida não-capitalista.

1.3 A reprodução do campesinato no século XXI

A lógica do discurso das correntes que enxergam o fim do campesinato, não se colocam na realidade, pois “traz a ideia de que no campo a pequena propriedade de produção é inviabilizada e que o capitalismo impera em todo o canto e lugar e de que todos estão integrados a ele fazendo com que haja apenas uma única forma de produzir e que o que diferencia o grande e o pequeno “agricultor” é apenas o tamanho de sua propriedade” (MARCOS, 2015, p. 209). Porém, o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz de forma desigual e combinada, de forma a não se territorializar em todos os lugares (OLIVEIRA, 2001), permitindo a redefinição e existência de processos e organismos sociais contraditórios, viabilizando a recriação e diversificação camponesa (MOURA, 1986).

O processo histórico da transição do feudalismo para o capitalismo gerou, pela sua forma contraditória, relações não capitalistas de produção. Oliveira (2002), explica que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é movido de forma desigual e contraditório reproduzindo igualmente relações de produção capitalistas e não capitalistas. Segundo o autor,

[...] ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantado o trabalho assalariado através da presença no campo do “boias-frias”, o capitalismo produz também igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). (OLIVEIRA, 2002, p. 36)

Pertersen et al. (2009) apontam que a agricultura camponesa “sempre foi mal compreendida e definida como um anacronismo histórico [...] que levariam ao seu desaparecimento (sic)”. No entanto, “os camponeses não só vem contrariando esses prognósticos com a sua permanência durante todo o período da modernização, como os desafia com o desenvolvimento de novas formas de auto recriação diante do avanço físico e político-ideológico da agricultura empresarial capitalista em pleno século XXI (sic)” (PETERSEN et al. 2009, p. 92).

Shanin (1979) fortaleceu a capacidade do campesinato sobreviver e se recriar dentro de um sistema de crises, na medida que a agricultura camponesa, possuir uma diversidade, sendo um modo de ser e viver:

Camponês é uma mistificação. Para começar “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades (SHANIN, 1980, p. 44).

Observamos, desse modo, uma tendência de uma mudança estrutural entre o campesinato contemporâneo fazendo com que este seja colocado como uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintas - ou seja, um ‘modo de vida’, fundado em relações sociais não-capitalistas (SHANIN, 1980). Por isso, frente ao movimento de globalização da sociedade urbano-industrial

pautado no capital, o campesinato dispõe de outras possibilidades e formas de afirmação de seu modo de produzir, já que:

O modo de apropriação da natureza que pratica o campesinato se define pelo uso predominante de energias renováveis (energia solar, vento, água, biomassa e força humana), uma escala de produção pequena, um elevado grau de autossuficiência com relação ao mercado baseado no autoconsumo e o trabalho familiar, um elevado grau de diversidade eco geográfica, produtiva, biológica e genética [...] (SEVILLA GUZMÁN & MONTIEL, 2010, p. 204).

Como disse Souza (2012), o camponês é um gato de sete vidas, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se historicamente e socialmente de acordo com as peculiaridades de cada época. Assim, nas sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato encerrou particularidades específicas, construindo sua existência a partir das condições presentes. Moura (1986), destaca que:

[...] o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 18).

Assim, compreende-se o camponês como uma classe social dentro da sociedade capitalista e não fora dela, sendo que ao mesmo tempo que o capitalismo entra no campo expropriando e explorando o camponês, também gera e/ou fortalece territórios sob o domínio camponês. Mesmo quando expulso de sua terra, o camponês sai em busca de terra em outro lugar, onde possa se reproduzir como camponês, agitando contraditoriamente as expectativas do capital, gerando um processo de desterritorialização em um lugar e reterritorialização noutro (MARTINS, 1991). Portanto, o campesinato se coloca como a classe social na medida em que se diferencia e se opõe a expansão do capital, buscando formas para continuidade de seu modo de vida:

[...] para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

Tavares dos Santos (1978) elenca algumas das principais características da agricultura camponesa, entre elas destaca o forte vínculo com a terra, onde são donos posseiros, rendeiros ou parceiros. Além disso, têm como objetivo principal a reprodução biológica e social da família e não a valorização e acumulação de capital e portando nota-se na visão do autor uma relação muito próxima da produção camponesa entre o trabalho familiar e consumo da família, de forma a valorizar relações de cooperação que garanta a reprodução da família camponesa. A reprodução da força de trabalho é socializada, sendo que os camponeses são donos meios de produção. A jornada de trabalho da produção camponesa varia conforme a época do ano, de acordo com os períodos de plantio e colheita (TAVARES DOS SANTOS, 1978). A partir dessa interpretação, se coloca em questão a existência de dois tipos de propriedade no campo: a capitalista e a camponesa (PAULINO, 2006 apud. ROSA & STACCIARINI, 2014).

Na propriedade capitalista a terra é terra de negócio, seja pelo fato de constituir um instrumento de exploração do trabalho alheio, logo, de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação (reserva de valor). Quanto à propriedade camponesa, constitui-se em terra de trabalho, porque a exploração está restrita ao regime de trabalho familiar e, dessa forma, não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família. Só é possível compreender essa dualidade terra de trabalho x terra de negócio se se afirmar o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que comporta tanto a propriedade privada capitalista quanto a propriedade privada camponesa da terra (ROSA & STACCIARINI, 2014).

No caso da propriedade capitalista prevalece o critério D-M-D' (dinheiro – mercadoria – mais dinheiro), mostrando que o dinheiro na agricultura é investido para produzir mercadoria que, ao ser comercializado, deve assegurar um retorno monetário maior do que o que foi investido anteriormente. Já no caso da propriedade camponesa, o princípio é outro: M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), em que a produção de mercadoria tem o objetivo de obter dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas na terra camponesa, mas que são indispensáveis à reprodução da família (OLIVEIRA, 2004; ROSA & STACCIARINI, 2014).

Em meio à tese da homogeneização das relações de trabalho no campo, o trabalho e o modo de vida camponeses apresentam uma dinâmica territorial, social e

produtiva singular que sofre alterações ao longo do tempo para manter uma constante: permanecer na terra de trabalho com a família. O campesinato, dessa forma, possui uma organização social específica e sua relação com a sociedade capitalista varia conforme a necessidade. Esses sujeitos são donos dos meios de produção e da força de trabalho, se constituindo como uma classe social própria, com um modo de vida distinto (MARQUES, 2008). Fabrini (2004) salienta que:

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver um conjunto de manifestações coletivas para garantir a sua existência. Não é somente uma ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção de mercadoria, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos ao capital e aos proprietários de terra (FABRINI, 2004, p. 129).

Experiências dentro da agroecologia e economia solidária constituem uma das saídas para os camponeses manterem o seu modo de vida na atualidade. A Comunidade que Sustenta a Agricultura apresentada neste trabalho representa a tentativa de construção de coletividade entre camponeses e consumidores na busca de manter uma produção local.

Nas Comunidades que Sustentam a Agricultura, a presença de uma racionalidade cuja centralidade é a reprodução social da família do camponês, alicerçada na terra de trabalho, desenhada em diferentes estratégias de trabalho e renda por meio da comercialização em circuitos curtos de comercialização, distinta do modelo hegemônico que têm como centralidade a obtenção do lucro.

E isso não quer dizer que a reprodução social da família camponesa se restrinja à subsistência. O que está em consideração neste caso é a melhoria crescente e continuada da qualidade da vida e do trabalho camponês, melhoria essa que contempla outras dimensões além da renda porventura obtida (CARVALHO, 2010). Em meio à tese da homogeneização das relações de trabalho no campo, o trabalho e o modo de vida camponeses apresentam uma dinâmica territorial, social e produtiva singular que sofre alterações ao longo do tempo para manter uma constante: permanecer na terra de trabalho com a família. Com a finalidade de entender mais sobre as formas de resistência camponesa, analisaremos brevemente sobre a modernizações capitalistas no campo no próximo capítulo.

2. Dimensões da mundialização da agricultura e modernização dos mercados agroalimentares

Os avanços técnicos-científicos na agricultura introduzidos pelo modo de produção capitalista - na chamada Revolução Verde - fomentaram um modelo no campo baseado na dependência de utilização de fertilizantes, sementes melhoradas geneticamente e na mecanização das atividades no meio rural, impulsionando a substituição de formas tradicionais de produção por outras, tecnicamente mais avançadas (PORTO-GONÇALVES, 2018). Este modelo, onde as inovações técnicas são sinônimos de “desenvolvimento”, provocou grandes mudanças, concentrando as atividades agropecuárias nas mãos de determinados grupos elitistas e gerando a dependência de um pacote tecnológico pelas populações camponesas (ALTIERI, 2012), de forma a deslegitimar um conjunto de ‘saber fazer’ camponês que, a partir de então, passou a ser substituído pelo ‘saber poder’ de grandes corporações³, legitimado por agrônomos, técnicos agrícolas e extensionistas (MARCOS, 2019).

A incorporação do “pacote tecnológico” na agricultura a partir da segunda metade do século XX intensificou o processo da mundialização do capital no campo nas últimas décadas (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, a transformação de uma agricultura vista como um negócio – o agronegócio - resultou em uma organização alimentar vinculada à globalização, baseada em um padrão industrial, caracterizada nos dias atuais por três etapas: (1) a reestruturação e aumento da produção agrícola, impulsionadas pela propagação e utilização de pacotes tecnológicos como fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas; (2) a remodelação do setor atacadista para atender o mercado de massa em crescimento com o processo de urbanização nos países em desenvolvimento; e (3) a reestruturação do setor de distribuição caracterizada pela expansão das grandes redes de supermercados (REDIN & SILVEIRA, 2010 apud. BRAZ, 2018, P.17).

Assim, as frutas, legumes e verduras que até pouco tempo eram produtos de uma agricultura familiar camponesa diversificada e que chegavam aos consumidores

³ Foram vários grupos de agências internacionais que estavam envolvidos no processo de difusão da “revolução verde”. As fundações privadas americanas e o Banco Mundial tiveram papel relevante. O trabalho das fundações Ford e Rockefeller com financiamento do Banco Mundial, foram em grande parte responsáveis pela introdução desse modelo agrícola intensivo capitalista em nível global (MARCOS, 2016, 2007; SHIVA, 2003).

através das feiras livres e lojas especializadas (quitandas, varejões etc.) estão cada vez mais escassas e vem sofrendo mudanças, já que este setor tornou-se estratégico para os supermercados, seja por meio da oferta desses alimentos com preços mais baixos, por compras em grandes quantidades, ou pelos corredores dentro desses grandes estabelecimentos de alimentos saudáveis que tentam passar a ideia de alimentos sustentáveis e orgânicos. Esta mudança, assim como a substituição dos sistemas tradicionais de varejo por modernos supermercados, vem ocorrendo com tal velocidade que levou Belik (2000, p. 143) a ponderar, ao tratar da comercialização de alimentos, que: [...] “hoje não se trata mais da feira ou do pequeno supermercado e sim de grandes organizações[...].

De acordo com Ploeg (2008), a agricultura moderna se baseia preponderantemente na especialização no processo agroindustrial, que vincula a produção ao mercado alimentar mundial. Estes complexos de mercado, que são organizados em escala global, fazem com que os alimentos percorram grandes distâncias e passem por intrincadas teias de relações comerciais. Dessa forma, a organização da produção agroalimentar tem se homogeneizado progressivamente, ao observarmos o acesso cada vez mais limitado a produtos alimentícios diversificados que caminham em direção à hiperespecialização. Isso é visível nos produtos industrializados nas prateleiras das grandes redes de supermercado, controladas por poucas empresas transnacionais, que ditam os hábitos de consumo alimentar, ofertando produtos de algumas marcas de origem e, na maioria das vezes, de procedência industrializada (VIVAS, 2017).

A repercussão desse molde de circulação dos alimentos segue um padrão onde a distribuição e consumo realizam-se tradicionalmente em cadeias longas de comercialização controlados por monopólios de grupos varejistas (SEVILLA GUZMÁN & MONTIEL, 2010). Assim, as grandes redes supermercadistas em sua atuação mundializada acabaram por padronizar uma demanda pela irradiação de um padrão de consumo de massa com inquestionáveis ganhos de escala, em um modelo impessoal e com grande desperdício de alimentos (CASTRO, 2017).

Esse cenário resultou na perda da segurança e soberania alimentar nas várias partes do mundo, fazendo com que o controle da agricultura pela diversidade de grupos camponeses seja enfraquecida, ficando dependente do processo

monopolizador do capital, caracterizado pelo que Martins (1981) identificou como *sujeição da renda da terra ao capital*, pelo efeito combinado da pressão incessante por aumentos de produtividade e incremento progressivo dos custos de produção diante do uso de tecnologias intensivas em capital e que podem, no limite, resultar na expropriação dos camponeses da terra.

Uma das características fundamentais do mercado mundial na agricultura nas últimas décadas foi a ampliação do volume de capital aplicado em *commodities* que refletiram as tendências de crescimento dos circuitos longos de comercialização. Para Braz (2018, p. 37):

Com a crise asiática em 1998 e a quebra dos investimentos em empresas de internet em 2000 (o estouro da “bolha.com”), vultosos recursos financeiros procuraram aplicações mais seguras. Além das crises, relatórios do FMI sobre a economia mundial demonstram que o período de 2002 a 2007 foi de queda das taxas de juros mundiais, levando a diminuição da lucratividade de ativos financeiros, em especial os títulos de dívidas dos Estados. Acompanhando essa queda, grande volume de recursos migrou para os mercados de commodities. As commodities agrícolas, minerais e energéticas passaram a ocupar papel de destaque nos mercados financeiros, impulsionando as bolsas de mercadorias e futuros. Ao lado disto, ocorreu expressiva ampliação do comércio mundial destas mesmas commodities. Em toda a década de 1990 o comércio mundial ampliou-se em 65%, enquanto apenas no período 2000-2010, aumentou em 136,5%. Os Circuitos alimentares longos encontram-se em franca expansão, as exportações totais de produtos agrícolas crescem 31,2% entre 1990-99 e 147,4% no período 2000-2010 (sendo 92% apenas no período 2002-2007, quando os preços iniciam alta no mercado internacional).

Esse cenário acompanhou uma conjuntura de entrada de empresas estrangeiras no setor de agropecuária e varejo em território nacional, principalmente com a aquisição de companhias nacionais, o que foi facilitado pelo cenário financeiro mundial. Essa abertura ampliou a importância das bolsas de valores ao redor do mundo e dos mecanismos de financiamento via grupos privados, especialmente as grandes *tradings* internacionais.

A financeirização da economia mundial passou a ter prevalência na política de preços internacionais, os quais passaram a ser elemento central na demanda, na realização dos investimentos, na expansão ou crise das lavouras agrícolas. A crise de crédito de 2008 acelerou a internalização de agropecuária, na busca por recursos no mercado financeiro, via bolsa de futuros no financiamento das lavouras. O grande

aumento do consumo de alimentos, em especial nos países asiáticos, coberto via importações, estimulou os movimentos especulativos em torno das *commodities* agrícolas. Assim, as expectativas em torno do aumento do consumo de produtos agrícolas, num momento de ciclo ascendente de preços, aceleraram ainda mais a elevação dos preços no mercado mundial (BRAZ, 2018).

Este panorama, que Banks (2003) denomina “*commoditização*” dos mercados de alimentos, traz significativas mudanças para a dinâmica agroalimentar, onde os alimentos passam a ser tratados como “mercadorias”, perdendo todo e qualquer valor de identidade social, quebrando, desta maneira, o vínculo com a figura do agricultor, e também a perda da identidade regional dos alimentos, visto que eles, além de cruzar enormes distâncias geográficas, passam por intrincadas teias de relações comerciais até surgirem como produto final nas prateleiras.

Nesse sentido, no modo de produção capitalista, a produção agroalimentar é provida majoritariamente por um sistema de produção e distribuição em escala planetária, cabendo à indústria alimentícia o papel de definir o que e como as pessoas consomem (MACHADO et al., 2016). As redes de distribuição de alimentos com modernas técnicas produtivas das cadeias de suprimento de gêneros estão associadas ao uso intenso e inseguro de insumos químicos e organismos geneticamente modificados (OGM), à perda da biodiversidade e à exploração desmesurada dos recursos naturais não renováveis (VIVAS, 2017).

Os supermercados seguiram a racionalidade capitalista contemporânea de desregulamentação e liberalização financeira, base da mundialização do capital (CHESNAIS, 1995) em sua fase neoliberal. Neste contexto, a lógica do “desenvolvimento global” colocado nos grandes acordos de liberalização da economia, como a Rodada de Doha, teve como premissa a construção de um ambiente político no qual a agricultura se colocasse como um setor econômico mundial, ou seja, um regime agroalimentar mundializado, em cuja construção os supermercados foram fundamentais.

Em 2001, a secretária de Agricultura dos Estados Unidos, Ann Veneman, declarou seu anseio de uma 'agricultura global (onde) as políticas agrícolas futuras devem ser orientadas para o mercado, de forma a integrar a agricultura na economia

global, não nos isolar dela' (MCMICHAEL, 2005). Para isso, a diminuição das cargas tributárias para setores da economia, a abertura das fronteiras para o capital estrangeiro, o aumento do financiamento público de atividades produtivas do capital privado e os investimentos em infraestrutura, especialmente no que se refere à circulação de bens e capitais, foram base para o avanço da agricultura corporativa (PERES & MATIOLI, 2020).

Assim, um conjunto de avanços globais no setor de serviços, seja ele no ramo de transporte e logística ou na comercialização do varejo e atacado é salientado por Chesnais (1995) como uma ascensão da internacionalização das firmas de serviços acompanhada pela “multinacionalização das multinacionais industriais” no final do século XX. Neste processo, empresas de logística, publicidade e consultoria empresarial se apoiaram nas novas normas de consumo do capitalismo avançado.

Dessa forma, a evolução dos serviços foi um dos principais fatores de inserção da agricultura como negócio, onde a construção de uma economia globalizada pelos avanços da tecnologia da informação e comunicação (CASTELS, 2000) alavancou mudanças nos sistemas de logística mundial, levando “a redução das barreiras operacionais que separam os pontos de produção, tornando ‘fluidos’ os processos produtivos realizados em espaços diferentes e os aproximando do consumo final” (CORO, 2003. p. 99), onde os sistemas produtivos, a partir de então, passam a ser organizados em rede. Por isso, entendemos, como destacado por Peres e Mاتيoli, que os supermercados não são “o único fator que levou a formação de um sistema alimentar incompreensível [...], mas é o núcleo, o centro visível desse ecossistema” (PERES & MATIOLI, 2020, p. 32).

As redes de supermercados surgiram nos Estados Unidos da América, Canadá, Japão e partes da Europa e os mercados emergentes, como o Brasil, tornaram-se o novo foco de grandes redes varejistas no processo de expansão e acumulação do capital (SANTOS, 2010). Hoje, o sistema alimentar se coloca de maneira cada vez mais concentrada e determinada por poucas empresas transnacionais: cerca de dez grandes transnacionais controlam os agrotóxicos e sementes e os transgênicos, e cerca de dois terços do volume de vendas de varejo no Brasil estão distribuídos entre três grandes redes nacionais e internacionais de supermercados (PERES & MATIOLI, 2020).

Os supermercados surgiram no século XX nos Estados Unidos. O primeiro supermercado é o King Kullen, inaugurado pelo empresário americano Michael Cullen em 1930, período do avanço do sistema fordista que acompanhou o crescimento das cidades e novas formas de consumo. De acordo com Teixeira (2000, p.34 apud. SILVA, 2005, p. 611):

A produção fordista proporcionou, então, um novo modo de consumo e um novo modo de distribuição. Da loja do bairro onde o comerciante morava com a mulher e os filhos nos fundos e que servia ao mesmo tempo de depósito e de habitação e onde o cliente era atendido pessoalmente e, quando encontrava as portas fechadas não hesitavam em bater na janela a qualquer hora ou dia da semana, começam a dar espaço para as lojas, que começam a incorporar os princípios fordistas no atendimento, estoque, compras e exposição das mercadorias.

Dessa forma, foi nos primeiros anos do século XX que o comércio ganhou maior importância, aliado à produção em massa e, assim, passou a criar novas formas para a troca de mercadorias.

Já no Brasil, os primeiros supermercados aparecem na virada dos anos 1950, tendo como marco a modernização no varejo do Brasil, a implantação da Sears, em 1949, com duas lojas em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. Porém, o primeiro supermercado brasileiro foi o “Sirva-se”, que se instalou em São Paulo, em 1953, e pertencia à Souza Cruz. Outras experiências a partir desta surgiram, como em São José dos Campos (SP), temos a instalação de um supermercado sob patrocínio da Tecelagem Paraíba em 1953. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, é instalado o Supermercado Real de Joaquim Oliveira, em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, o ano de 1955 marca o surgimento das primeiras lojas (MACHADO et al., 2016). Assim:

Os supermercados traziam um conceito novo para o brasileiro (...) começava a entrar em contato com a modernidade trazida pela televisão, pela motorização da classe média e pelo american-way-of-life. O Brasil entrava na era desenvolvimentista, deixando para trás os seus resquícios rurais e provincianos. Como país jovem e confiante das suas potencialidades, o novo formato caiu no gosto do consumidor que se adaptou rapidamente às inovações trazidas pelos supermercados. Todavia, do ponto de vista institucional foi necessário aguardar por mais de uma década para que os supermercados efetivamente tivessem seu período de expansão (BELIK, 1999, p. 115).

Foi a partir dos anos 1960 que o capitalismo se colocou em uma fase de acumulação mundializada, o que refletiu no surgimento, na agricultura brasileira, de grandes unidades centralizadas de capital. Além disso, enormes fluxos agropecuários encontram-se sob o controle de grandes empresas e grupos econômicos e inúmeras agroindústrias e supermercados exercem o controle comercial e do modo produtivo na agricultura (MÜLLER, 1989, p. 35).

Além disso, no Brasil, os supermercados começaram a se desenvolver de forma acelerada a partir da década de 1960, refletido na transformação da sociedade brasileira que, a partir de então, passou a se concentrar nos grandes centros urbanos, o que fez com que os hábitos de consumo alimentar sofressem mudanças, marcadas pelo aumento do consumo de alimentos processados e com menor exigência no tempo de preparo. Isso resultou na entrada e estabelecimento das empresas varejistas no mercado brasileiro, os quais expandiram a oferta dos produtos no país a partir de uma propaganda de conforto e comodidade de consumo, com produtos da cesta básica em um único lugar e com variedade de oferta (FILHO, 2003; CASTRO, 2017).

Assim, no caso brasileiro, observamos especificamente nas redes de supermercados grandes empresas estrangeiras como a rede Carrefour de Supermercados e a rede norte-americana Wall-Mart monopolizando cada vez mais seus canais de distribuição, adquirindo concorrentes menores, como a portuguesa Sonae, adquirida pelo Wall-Mart em meados do ano 2010 e a holandesa Makro que está atualmente em processo de compra pelo Carrefour. Além disso, outras grandes redes ficam escondidas sob o manto das grandes redes nacionais, como o grupo francês Casino que participa do capital social da Companhia Brasileira de Distribuição, dona da rede de supermercados Extra, Pão de Açúcar e Assai.

Essa conjuntura está associada à perda da segurança alimentar no mundo, pois as redes supermercadistas em sua atuação mundializada acabaram por padronizar uma demanda pela irradiação de um padrão de consumo de massa com inquestionáveis ganhos de escala, em um modelo impessoal e com grande desperdício de alimentos (CASTRO, 2017). Por isso, os avanços dessa rede global de distribuição resultaram em um cenário de perda da segurança e soberania alimentar. Para Oliveira (2015):

O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais em soberania alimentar. (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

Dessa forma, o setor agrícola na mundialização do capital deixou de ser pautado pela soberania alimentar para se tornar mola propulsora de negócios altamente rentáveis para as transnacionais que comandam a economia mundial. Além disso, o agronegócio está diretamente ligado à disseminação e descobertas de novas doenças e pandemias, como a da COVID-19. De acordo com Wallace (2020), o desenvolvimento do agronegócio e das formas de consumo globalizadas de alimento são a origem de diversas epidemias dos últimos anos, reflexo das práticas predatórias do agronegócio no seu modo de produzir. Junto disso, a globalização das cadeias de produção e consumo de alimentos industrializados, em conjunto com a circulação de pessoas, faz a sua parte para concatenar as cadeias de transmissão na escala planetária.

Porém, as consequências não ficam limitadas ao consumidor final, atingindo também, e não seria errado falar primeiramente, quem produz. O agronegócio e as redes de supermercados monopolizam cada vez mais alguns produtores camponeses, excluindo a grande maioria dos circuitos longos de comercialização.

Os autores Renting, Marsden e Banks (2003) ressaltam que as indústrias alimentícias inovaram em busca de satisfazer as expectativas de consumidores com diferentes estilos de vida com base em demandas específicas, mas muitas vezes não atendendo aos padrões básicos de qualidade alimentar. Assim, as novas indústrias alimentícias buscaram satisfazer o consumo dos novos estilos de vida com alimentos enlatados, em conserva, pré-lavados, pré-cozidos, pré-assados que em grande parte não atendem aos padrões básicos de qualidade alimentar (RENTING, MARSDEN & BANKS, 2003)⁴.

⁴ Isso reflete nos dados de relatórios da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que elenca que 70% das enfermidades surgidas desde a década de 1940 são de origem no consumo de carne animal, como o coronavírus, que enfrentamos hoje. Assim, a FAO coloca que o crescimento da população e a expansão agrícola têm mudado drasticamente como as doenças surgem, citando como exemplos doenças como HIV-1, encefalopatia espongiforme bovina, síndrome respiratória aguda grave (SARS) e novos vírus de gripe. Esse cenário está muito ligado com a perda de segurança alimentar no cenário global (CONFORTI, 2018).

Hoje, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Grupo Carrefour, Walmart e GPA (Grupo Pão de Açúcar)⁵ controlam mais de 50% dos gêneros alimentícios comercializados no mercado brasileiro, resultando no que Poulain (2006, p. 51) denomina de “crise de identidade alimentar”, caracterizada pela quase impossibilidade do consumidor saber onde, quem e como se produzem os alimentos consumidos no dia a dia.

A busca por novos mercados em paralelo ao aumento da produtividade acelerou o processo de instalação de novas tecnologias no campo. Os interesses em aumentar a produção de alimentos a fim de erradicar a fome mundial camuflaram as reais pretensões das multinacionais com a expansão do capitalismo. Assim, a expansão dos mercados invadiu muitos espaços que antes eram destinados às famílias camponesas.

Porém, desde meados da década de 1990, diante dessa massificação surgiram outras iniciativas que buscaram construir circuitos produtivos de proximidade, fora do modelo agropecuário convencional. De acordo com Becker e Cabedo (2012), diferentes sujeitos sociais têm vindo a manifestar-se contra a crescente padronização das escolhas alimentares. Tais reações acontecem “em consequência da crise do modelo quantitativo (consumo de massas) na qual a qualidade, tanto dos produtos quanto dos processos, passa a ser o objetivo central” (CABEDO, 2010). Para Goodman (2004) esses novos circuitos alimentares são uma inovadora estratégia de mercado, que tem em vista a diminuição de custos através da venda direta, fazendo com que essas redes se coloquem como formas de resistências frente às imposições das modernizações agrícolas na busca de um modelo de produção-comércio alternativo. Assim, no capítulo a seguir, abordaremos com mais detalhes a respeito dos circuitos curtos de comercialização.

⁵ O setor supermercadista é altamente monopolizado no mundo. Um exemplo é o Grupo Pão de Açúcar que reúne em seu catálogo os supermercados Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, Assaí Atacadista, GPA Malls. Essas marcas de bandeira ainda se diferenciam em formatos especiais (Minuto Pão de Açúcar, Mini Extra, Pão de Açúcar Adega, Extra Hiper, entre outros) além de diversificarem-se em diferentes segmentos, como postos de combustível e drogarias. O GPA também controla marcas de produtos alimentícios como Taeq, Casino, Qualitá, Cheftime, Fábrica 1959, etc. e possui ainda o Grupo Éxito, líder supermercadista na Colômbia que se expande com outros nomes no país sul-americano. Pretendemos, posteriormente na pesquisa, nos aprofundarmos sobre o tema destacando os efeitos desse tipo de monopólio de mercado para a produção camponesa e os consumidores em geral.

3. Circuitos curtos de Comercialização e as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)

Os mercados são entendidos como espaços de troca e interação idealizados a partir de uma construção social. Para Waquil, Miele e Schultz (2010), os mercados podem ser regidos por regras formais ou informais, onde as decisões são interferidas pelos preços, oferta e demanda.

Polanyi (2013) destaca que durante um longo tempo na história das sociedades humanas as ações e relações econômicas estavam incrustadas nas redes de relações sociais. Assim, o autor concebe uma leitura da atualidade, onde mesmo que estejamos sob uma sociedade de mercado, a economia admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, com uma conjugação de diferentes regimes com princípios de trocas, redistribuição, reciprocidade⁶ e domesticidade (livelihood). Entendemos, dessa maneira, que o mercado é marcado por um conjunto de relações sociais que admitem uma pluralidade de formas de produção e distribuição em lógicas contraditórias (MARCOS, 2019).

As primeiras iniciativas em circuitos alimentares localizados, de acordo com Banks (2003), aconteceram nos Estados Unidos com os “Farmers Market”. O país se destaca pelo modelo industrial de produção agrícola, e pela existência das maiores redes de “fast food” do mundo. Esses movimentos são, para Cristóvão e Tibério (2009), muito fragmentados, desiguais de espaço para espaço, e tendem a valorizar o estilo de vida de dada população, de distintos grupos étnicos e sociais, que buscam subsistência e valorização identitária (BRAZ, 2018).

Um dos slogans mais representativos é “Buy Fresh, Buy Local”, traduzindo o incentivo ao consumo de produtos locais e o apoio à reconstrução e sustentabilidade de sistemas alimentares locais. Para além de “local food”, também se aspira a produzir “sustainable food”, a partir da produção sem agrotóxicos e com uso de outras formas naturais que excluam o uso de insumos químicos. A questão da distância geográfica, ainda segundo Cristóvão e Tibério (2009), está também no centro do debate, pois

⁶ A reciprocidade está ligada à noção de solidariedade, ou seja, uma relação entre pessoas que tem consciência de uma comunidade de interesses, levando a uma obrigação moral de não faltar aos outros. Por isso, nessas relações a produção é valorizada pelo seu valor simbólico. Para Sabourin (2011, p. 25) o estudo de experiências com relações de reciprocidade “procura outra leitura das relações econômicas e sociais [...] e, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social econômica”

deseja-se reduzir o número de quilômetros percorridos pelos alimentos. Os objetivos centrais desta territorialização da cadeia alimentar são, de acordo com Cristóvão e Tibério (2009, p. 9):

1) a dinamização do consumo de alimentos regionais, ou seja, produzido localmente; 2) o estabelecimento de ligações entre produtores e consumidores; 3) a revitalização de estruturas tradicionais de produção, transformação e distribuição; 4) a construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários, restaurantes ou lojas especializadas; e 5) a promoção da economia local e do desenvolvimento rural.

O movimento de experiências de Circuitos Alimentares de Proximidade, na associação de produtores e consumidores têm se expandido por várias zonas do globo, em particular na Europa - com especial relevo para França, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal - e na América Latina, sobretudo no Brasil e na Argentina.

Em consonância com essas novas práticas surge um vasto número de autores que se debruçam sobre a proximidade entre consumidores e produtores e com os circuitos alimentares, o que culmina numa multiplicidade de conceitos muito próximos em si (BRAZ, 2018). Dessa forma, é possível encontrar estudos que utilizam os termos como “*foodshed*” de forma a relacionar a unidade entre o local, as pessoas, a natureza e a sociedade e a “*Civic Agriculture*”, compreendida como o sistema de produção agrícola e alimentar enraizado em um local, ou seja, originado a partir de recursos locais, servindo mercados e consumidores da região, que buscam e se empenham na justiça social, sustentabilidade ecológica e relações sociais de benefício mútuo (CRISTÓVÃO E TIBÉRIO, 2009).

Desse modo, visando fortalecer os modelos tradicionais de mercado e a agricultura camponesa, surgiram redes alternativas de comercialização, com o objetivo de fugir dos padrões produtivos e mercantis impostos pelo sistema industrial hegemônico. Esses novos espaços de comercialização surgem a partir de um questionamento do modelo agroalimentar dominante e buscam promover o desenvolvimento local e a segurança alimentar, respeitando a cultura, as tradições, a biodiversidade e fortalecendo a autonomia do agricultor (DAROLT et al, 2016)

Por mais que não exista oficialmente no Brasil uma definição para circuitos curtos, segundo Messmer (2013), esses circuitos são baseados em práticas de

comercialização de produtos de origem agrícola exercida de forma direta (produtor-consumidor), ou com a mediação de até um intermediário. Sendo assim, as redes de comercialização alternativas como os circuitos curtos promovem a valorização sociocultural através do restabelecimento de relações entre o produtor local e o consumidor final, facilitando o consumo de alimentos mais saudáveis e potencializando a agricultura familiar de base ecológica (DAROLT et al, 2016).

Nessas redes, nota-se o desenvolvimento dos atores locais, levando em consideração que este desenvolvimento não será possível baseando-se exclusivamente em uma atitude, ou seja, os circuitos curtos são vistos como uma das estratégias para a mudança.

Para Silva (2019) são propostos três tipos de cadeias curtas na comercialização de alimentos. O primeiro baseia-se na interação face-a-face, onde os produtos são comprados diretamente do produtor pelo consumidor, gerando uma relação de confiança pela interação pessoal; o segundo está baseado em relações de proximidade, ampliando o alcance das cadeias a longas distâncias no tempo e espaço através de cooperativas, lojas agrícolas, grupos de venda que se preocupam em repassar as informações da natureza dos produtos; já o terceiro tipo de cadeia curta são as que propõem estender ainda mais o alcance das cadeias comercializando os produtos para fora da região onde são produzidos, a exemplo de produtos de clima de regiões específicas como as uvas, maçãs, café, que podem ser identificados com selos contendo informações de produção, permitindo ao consumidor conhecer a sua identidade.

Um dos caminhos da revalorização de alimentos agroecológicos, produzidos por camponeses, se dá pelo fortalecimento de circuitos de proximidade ou cadeias curtas (CC) de comercialização, por meio do crescente movimento observado no Brasil de associativismo solidário⁷ entre produtores agroecológicos e consumidores por meio de experiências como a das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), entendidas como redes alimentares alternativas (alternative food networks –

⁷ O associativismo é visto como uma das possibilidades da Economia Solidária para integração de produtores e consumidores em torno de objetivos em comum.

AFNs)⁸ (DAROLT et al., 2016). Essas redes curtas de comercialização se aproximam muito da união da agroecologia e economia solidária. A proposta da agroecologia surge como forma alternativa de produção e organização das atividades agroalimentares. Nas palavras de Souza (2009, p.1), a agroecologia é vista como:

[...] uma forma de enfrentamento no campo, que retoma, reformulando, os aspectos fundamentais da questão agrária, ainda que enfatizando a busca de autonomia e diversidade, a discussão entre segurança e soberania alimentar, e o questionamento do discurso da sustentabilidade.

A agroecologia se coloca como uma nova abordagem da agricultura entendida como um processo de aplicação (práticas) de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas, no intuito de gerar menos impactos negativos ambientais e sociais, e de diminuir o uso de insumos externos a cada estabelecimento rural, de forma a valorizar os saberes locais, oferecendo conhecimentos e metodologias necessários para o desenvolvimento de uma forma de produzir agrícola, que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável (ALTIERI, 2012).

Nesse panorama, há um grande potencial da comercialização de alimentos agroecológicos com empreendimentos de economia solidária mais adequados à recriação e reprodução do modo de vida camponês (MARCOS, 2007), considerando que, como apontado por Singer (2002, p.112), “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”.

Marcos (2007) pontua, nessa acepção, como a produção e comercialização agroecológica têm permitido um caminho cada vez mais viável para a autonomia e a resistência dos camponeses, frente ao agronegócio:

⁸ De acordo com DAROLT et al. (2016, p.2) as redes alimentares alternativas são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos (CC) de comercialização ou circuitos de proximidade que se caracterizam pelo fato de um produto chegar às mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial caracterizada como “impérios alimentares” (PLOEG, 2008). Notamos ainda que para GOODMAN (2009), estas redes e novas formas econômicas se desenvolvem em sociedades capitalistas e não em um “universo paralelo”.

Os camponeses [...] têm buscado uma alternativa para o próprio futuro, e com ele, também, o nosso. É nesse quadro que a agroecologia tem ganhado cada vez mais espaço, e juntamente com ela a discussão sobre a retomada dimensão local do desenvolvimento, de um desenvolvimento que, além do local, seja capaz de se autossustentar-se (MARCOS, 2007, p.182)

Nesse pressuposto, a agroecologia abre no campo possibilidades para o camponês, que “visa uma produção diversificada, com a finalidade de produzir alimentos voltados para o combate à fome, levando em consideração as inovações tecnológicas, mas integradas aos saberes dos camponeses e ainda respeitando-se a capacidade de produzir e de utilizar os recursos que a natureza oferece” (SILVA, 2015).

A agroecologia consagrou-se como ciência no ano de 1980, apoiando-se em fundamentos e valores éticos e propondo técnicas alternativas ao modelo da agricultura convencional, na busca do equilíbrio do agrossistema de um modo geral, seja nos fatores técnicos, econômicos, culturais ou sociológicos. Sua concepção se dá da junção de quatro correntes ligadas ao movimento orgânico, que são a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura organo-biológica e por último a agricultura natural.

Dessa forma, a agroecologia se coloca como uma nova abordagem da agricultura entendida como um processo de aplicação (práticas) de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas, no intuito de gerar menos impactos negativos ambientais e sociais, e de diminuir o uso de insumos externos a cada estabelecimento rural, de forma a valorizar os saberes locais, oferecendo conhecimentos e metodologias necessários para o desenvolvimento de uma forma de produzir agrícola, que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável (ALTIERI, 2012).

Nesse panorama, há um grande potencial da comercialização de alimentos agroecológicos com empreendimentos de economia solidária mais adequados à recriação e reprodução do modo de vida camponês (MARCOS, 2007), considerando que, como apontado por Singer (2002, p.112), “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de

desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”.

Nesse ponto de vista, um dos caminhos da revalorização de alimentos agroecológicos produzidos por camponeses se dá pelo fortalecimento de circuitos de proximidade ou cadeias curtas (CC) de comercialização, por meio do crescente movimento observado no Brasil de associativismo solidário entre produtores agroecológicos e consumidores por meio experiências como a das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), entendidas como redes alimentares alternativas (alternative food networks – AFNs)⁹ (DAROLT et al., 2016).

Uma CSA é proposta como uma experiência de cooperativismo inspirada no conceito de ‘economia associativa’, do austríaco Rudolf Steiner, onde o bem-estar de todas as pessoas envolvidas, ou seja, o bem-estar da comunidade, passa a ser o objetivo comum (TORUNSKY, 2019). As primeiras experiências do movimento da Comunidade que Sustenta a Agricultura surgiram em 1971 no Japão sob o nome Teikei – cujo significado filosófico pode ser entendido como “alimento com a cara do agricultor”. Sua origem se remete a um grupo de mulheres que, preocupadas com o aumento de casos de contaminação nos alimentos do país pelas grandes quantidades de pesticidas e de produtos processados e importados e com a diminuição de propriedades agrícolas locais, resolveram financiar alguns produtores agrícolas, de modo a alcançar autonomia na cadeia de produção naquilo que suas famílias consumiam (HENDERSON et VAN EN, 2007).

Após o aumento dos Teikei no Japão e as discussões em torno da segurança alimentar, cientistas e estudiosos formam a Associação de Agricultura Orgânica do Japão (Japan Organic Agriculture Association – JOAA), que se tornou o pilar filosófico da agricultura orgânica e das Teikeis no país. Dessa forma, em 1978, a associação

⁹ De acordo com DAROLT et al. (2016, p.2) as redes alimentares alternativas são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos (CC) de comercialização ou circuitos de proximidade que se caracterizam pelo fato de um produto chegar às mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial caracterizada como “impérios alimentares” (PLOEG, 2008). Notamos ainda que para GOODMAN (2009), estas redes e novas formas econômicas se desenvolvem em sociedades capitalistas e não em um “universo paralelo”.

reuniu 10 princípios do movimento Teikei que se tornam, até os dias atuais, referência para as iniciativas de CSAs no mundo todo.

De acordo com estes princípios, as relações entre consumidores e produtores deveriam ser caracterizadas por: (1) assistência mútua; (2) planejamento de plantio de forma conjunta; (3) aceitação de todos os produtos pelos consumidores; (4) estabelecimento de preços levando em consideração os benefícios mútuos; (5) fortalecimento de relações de amizade, esforçando-se para criar uma relação de entendimento, respeito e confiança mútua; (6) auto distribuição, organizada de forma a aumentar a interação de produtores e consumidores; (7) gestão democrática; (8) destaque nos processos de aprendizagem entre os grupos; (9) manutenção de um número apropriado para viabilizar a produção orgânica e a organização do grupo; e (10) manter um desenvolvimento estável em direção aos objetivos da Teikei (TORUNSKY, 2019).

Na Suíça, fazendas comunitárias chamadas guildas de alimentos (ou associações alimentares), desenvolveram uma forma de parceria entre agricultores locais e consumidores similares ao Teikei, fornecendo produtos frescos (vegetais, leite, ovos e queijo) semanalmente a consumidores, entendidos como co-agricultores a eles associados. De acordo com Torunsky (2019, p. 63):

Em 1978, surge, na Suíça, Les Jardins de Cocagne, uma organização extraordinariamente similar às Teikeis, apesar de não terem uma relação direta com a iniciativa japonesa. De acordo com Henderson (2010), seus fundadores estavam inspirados pelos movimentos de cooperativas e fazendas coletivas no Chile durante o governo de Allende (1970 - 1973), assim como no movimento camponês da França. No seu primeiro ano de funcionamento havia 50 membros comprometidos e tudo o que tiravam da terra eram nabos. Em funcionamento até os dias de hoje, Les Jardins de Cocagne conta, atualmente, com 400 famílias que além da cota mensal trabalham um mínimo de 4 meio-períodos na fazenda ao ano. Aqueles que não conseguem trabalhar no campo pagam uma quantia adicional por cada dia que não comparecem.

Além disso, a autora retrata o avanço do movimento na Europa:

Na Alemanha, inspirada pelo pensamento filosófico de Rudolf Steiner, a fazenda comunitária Buschberghof é implantada em 1968. Neste ano, Carl-August Loss, Trauger e Hans Groh, no intuito de eliminar os privilégios da propriedade privada, convertem a fazenda em uma Community Land Trust, onde qualquer grupo que quisesse desenvolver projetos de agricultura

biodinâmica teria acesso à terra. Foi em 1988, a partir de trocas constantes com a Temple Wilton Community Farm, uma das primeiras CSAs (sob esta sigla) criada por Trauger Groh (que se encontrava nos Estados Unidos desde 1984), que a fazenda Buschberghof decide adotar o sistema das Comunidades que Sustentam a Agricultura. Neste momento, metade da produção era destinada à comunidade, que contava com 40 famílias coprodutoras. Após um ano de experiência bem-sucedida com a CSA, a fazenda interrompe as vendas independentes e convida seus clientes a participarem da comunidade. Desde então, Buschberghof se tornou uma referência para outras CSAs na Europa, sendo 100% sustentada pela comunidade. Diferente de muitas CSAs que somente produzem hortifrúti, aqui os membros da comunidade recebem tudo o que uma fazenda é capaz de produzir: carnes, aves, ovos, frutas, legumes, verduras, pães, leite e derivados. O orçamento anual da fazenda (no ano de 2009, estimado em 330.000 euros) é compartilhado com todos os membros da comunidade e cada família contribui com aquilo que pode para alcançar o valor necessário (TORUNSKY, 2019, p. 63).

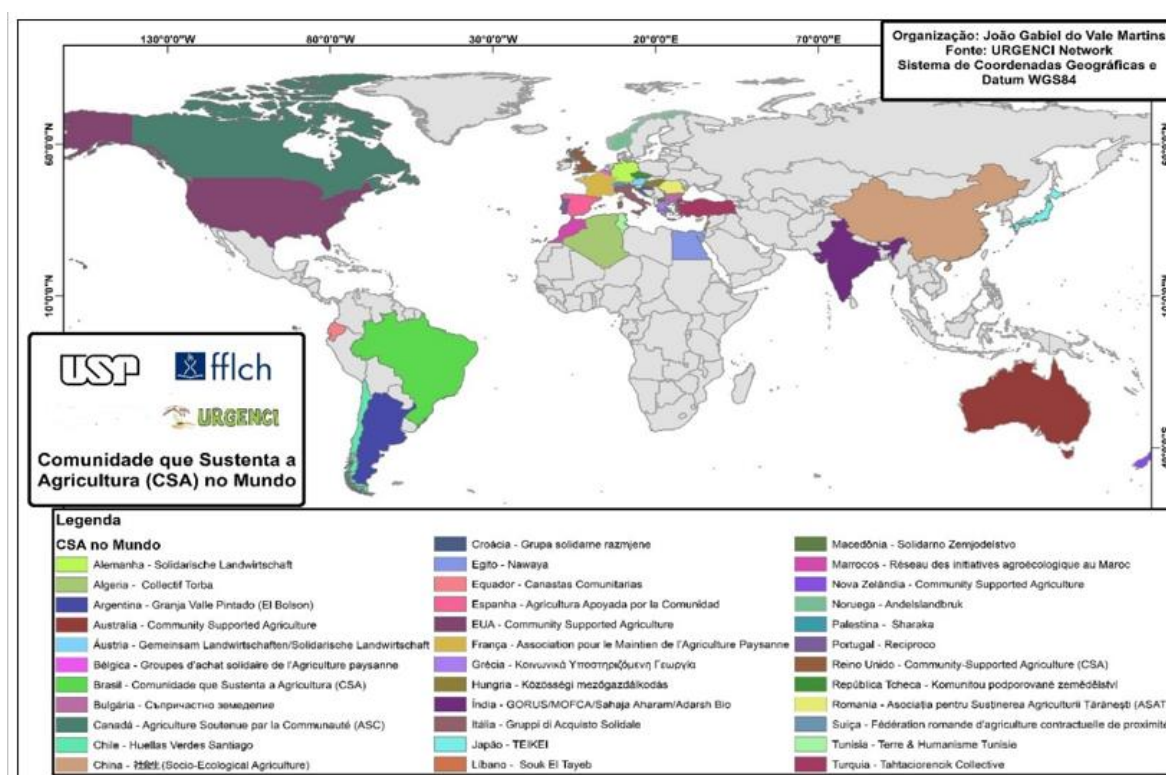
Em 1985, nos Estados Unidos, um fazendeiro que voltava da Suíça depois de estudar associações alimentares encontrou-se com Robyn Van Hen, um fazendeiro orgânico do estado de Massachusetts e após algum tempo inspirados pelas experiências de consumo local deram início à primeira experiência de produtores e consumidores com o termo em inglês CSA – Community Supported Agriculture. Assim, a partir daí, o conceito então se espalhou rapidamente em outros locais dos Estados Unidos e, em seguida, se espalhou para o Canadá (ASC), além de se espalharem por outros países na Europa e no mundo.

Na França, Denise e Daniel Vuillon, um casal de horticultores do país, estava visitando sua filha em um estágio em Nova York em 1999 e descobriram o CSA (Community Supported Agriculture), decidindo importar o conceito para a França. Em 2001, eles criaram o primeiro AMAP (AMAP des Olivades), as “Associações para manter uma agricultura camponesa” (Associations pour le maintien d’une agriculture paysanne – AMAP) criando uma estrutura ligada à revitalização da agricultura camponesa e à conscientização dos consumidores em relação à sua alimentação, recebendo cestas semanais durante um período definido (na maioria dos casos, seis meses ou um ano) (DAROLT et al. 2016).

Marcos (2004) se debruçou a respeito dos Grupos de Aquisição Solidária (Gruppi di Acquisto Solidale – GAS) na Itália, que se definem como grupos de pessoas que se unem para comercialização de produtos e cereais orgânicos, de forma a apoiar pequenos camponeses locais marginalizados pelos grandes canais de distribuição de

alimentos. DAROLT et al. (2016) elenca outras práticas ao redor do mundo como a Agriculture Soutenue par la Communauté (Agricultura Sustentada pela Comunidade – ASC) no Québec – Canadá, o movimento Reciproco em Portugal e o ARCO (Agricultura de Responsabilidad Compartilhada) na Espanha.

A rede internacional dos CSAs - URGENCI (The Internacional Network for Community Supported Agriculture) – em seu sítio da internet¹⁰ retrata outras ricas experiências em países da África, Ásia, Oceania e na América do Sul e do Norte, como demonstrado no mapa a seguir:

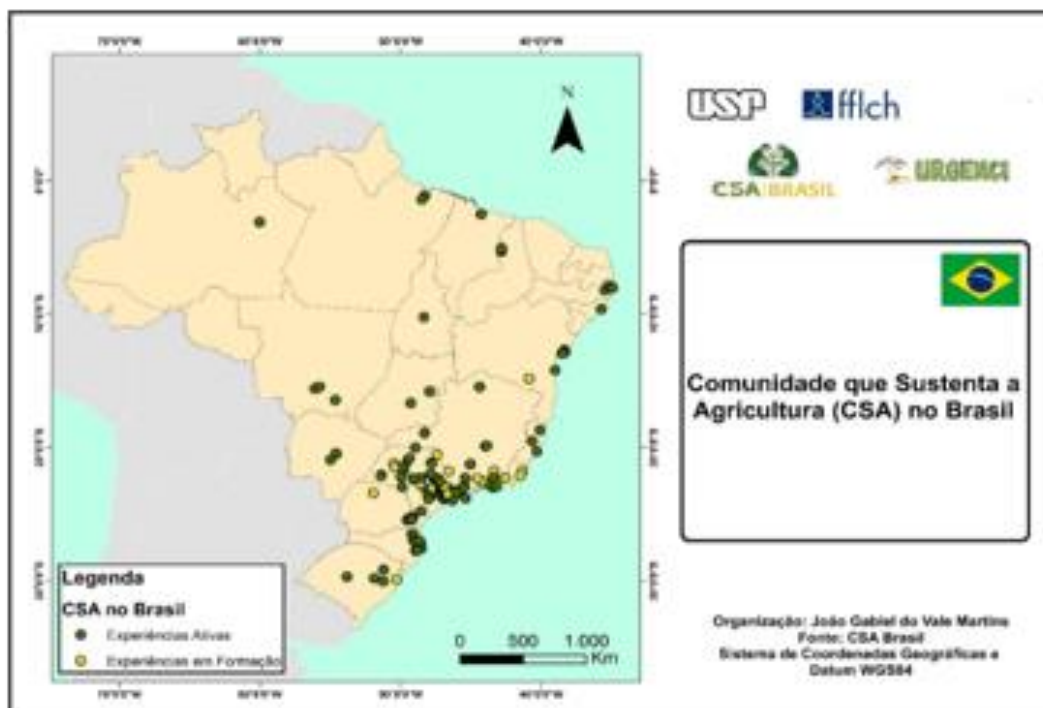


Mapa 1 – Comunidade que Sustentam a Agricultura no Mundo

No Brasil, o movimento da Comunidade que Sustenta a Agricultura é recente. São poucos os estudos em nível nacional tratando desse tema, principalmente quanto às relações de comercialização. As primeiras experiências se iniciaram no Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, em 1997, de uma maneira muito tímida e pontual, como a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO).

¹⁰ O sítio pode ser acessado através do endereço: <https://urgenci.net/>

Somente em 2011 o movimento ganhou força no estado de São Paulo a partir da primeira associação sob o nome Comunidade que Sustenta a Agricultura na cidade de Botucatu¹¹. Desde então, nota-se o crescimento rápido dessas iniciativas que totalizam mais de sessenta unidades em funcionamento em pelo menos dez estados e estimam-se mais de 60 comunidades pelo país. No mapa abaixo, visualizamos as experiências da CSA em andamento e as em formação no Brasil.



Mapa 2 – Comunidade que Sustentam a Agricultura (CSA) no Brasil.

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) se coloca nos dias atuais como um dos sistemas alternativos de distribuição de alimentos no mundo, proporcionando renda a produtores locais¹² e alimentos saudáveis e de base agroecológica aos consumidores, por meio de uma rede associativa na qual os camponeses que a integram são financiados de maneira solidária por famílias de consumidores conscientes. Empregam, dessa forma, uma relação entre produtor e consumidor que seguem princípios de confiança mútua, na qual os membros

¹¹ Notamos a dinamicidade do movimento. Atualmente essa primeira experiência da CSA em Botucatu, envolve aproximadamente 330 famílias, com um total de 1000 pessoas e nove pontos espalhados em quatro cidades diferentes da região.

¹² Na lógica de financiamento dos produtores, Haney et al. (2015) colocam: “De fato, vários estudos mostram que a CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) não infere automaticamente na viabilidade financeira, pois o ambiente alimentar de baixo custo impede frequentemente que os agricultores ganhem um salário digno, obtenham um seguro de saúde ou economizem para obter isso. No entanto, muitos agricultores da CSA relatam uma sensação de satisfação pessoal obtida através do seu estilo de vida agrícola, que incluía manter os seus valores ecológicos” (tradução do autor).

concordam em fornecer apoio direto aos produtores locais que produzirão sua comida e os produtores em fazer o seu melhor para fornecer alimentos de qualidade às famílias que os financiam. Nas palavras de Marcos (2019, p.104), a CSA pode ser considerada:

[...] uma forma de venda direta, que garante a quem produz destino certo para pelo menos parte de sua produção e, para quem consome, uma aproximação maior com a origem do alimento que chega ao seu prato. Em comum acordo são definidos os produtos que serão cultivados, os preços a serem pagos, a quantidade ofertada e a periodicidade das entregas. Os consumidores antecipam sua “quota” de modo a garantir aos camponeses o recurso necessário para garantir a produção [...] Essa é uma forma de aproximar mais os consumidores – na maior parte das vezes, urbanos – do processo produtivo, de fazê-los conhecer as etapas de produção, os ciclos produtivos, as safras e as dificuldades enfrentadas pelos camponeses para fazer com que o alimento chegue às suas mesas.

Em suma, as atividades agrícolas na CSA são empregadas para a produção de alimentos na maior parte orgânicos e frescos e a distribuição dos produtos e divisão de tarefas é compartilhada entre os consumidores e produtores. Além disso, os alimentos produzidos de maneira agroecológica são cultivados de acordo com a estação do ano, respeitando-se a sua sazonalidade, o que leva a mudanças estruturais na alimentação das famílias associadas e faz com que a produção, além de saudável, respeite os agroecossistemas locais (SCHNELL, 2007). No pensamento de Ferreira Neto et al:

[...] as comunidades são criadas entre consumidores e agricultores locais. A aproximação entre estes dois polos auxilia não só na logística (transporte, embalagem, conservação), diminuindo assim gastos, como aumenta a possibilidade de participação dos membros na vida da fazenda, superando um abismo hoje existente entre estas duas partes, e que as condições econômicas atuais fazem com que seja quase impossível transpor (FERREIRA NETO et al., 2014, p.4).

Assim sendo, os adquirentes dos produtos são vistos como ‘co-agricultores’, entendidos como ‘ex-consumidores’, já que deixam de ir aos mercados para buscarem seus alimentos, passando a estar envolvidos nos processos de produção (HANEY et al., 2015). É possível observar que a CSA se coloca em uma autonomia relativa dos camponeses no processo de *sujeição da renda da terra* colocado por Martins (1981) perante as estruturas dominantes do mercado (redes de hipermercados e supermercados). Logo, a experiência da CSA entra na discussão de um

desenvolvimento agrícola alternativo que, além de local, seja capaz de autossustentar-se.

Marcos (2007, p. 184) elenca os três pilares do desenvolvimento local autossustentável estudados pelo italiano Alberto Magnaghi, que são: 1. a satisfação das necessidades básicas da comunidade (basic needs); 2. a autodeterminação das comunidades envolvidas através da construção de um projeto de desenvolvimento endógeno e em sintonia com a capacidade de realização das comunidades envolvidas (self-reliance) e 3. a realização de práticas que não apenas respeitem o ambiente como ainda promovam a valorização dos sistemas locais (ecodevelopment). Junto a esses três pilares, a autora coloca um quarto item enfatizado pelo geógrafo Massimo Quaini: 4. a necessidade de recuperação e valorização dos saberes locais praticados pelas comunidades para melhor poder valorizar as suas potencialidades.

A lógica praticada na Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no Brasil reside numa forma de produção realizada pelo associativismo de camponeses e consumidores por meio de circuitos de proximidade, baseados em solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança. Perez-Cassarino (2013, p. 23 apud. OLIVEIRA, 2018b, p. 7) apontou que esses circuitos são orientados:

[...] pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança.

Assim, esses canais se constituem numa oposição aos circuitos longos de comercialização, que funcionam com a venda dos alimentos a atravessadores de forma a desvalorizar os produtos, uma vez que a concorrência de mercado é maior, elevando as exigências de uma produção padronizada, com grandes volume e constância predeterminados (AZEVEDO, 2012 apud. IUNES et al. 2018). Na agricultura, são entendidos como um conjunto amplo de cadeia de suprimentos curta de alimentos (short-food chain), fazendo parte de uma transformação e do surgimento

de novas dinâmicas nos mercados agroalimentares, que estão inseridos em uma fase de transição mais abrangente, que alguns autores chamam de “novo paradigma de desenvolvimento rural” (RENTING, MARSDEN & BANKS, 2003).

A Figura 1, demonstra o enquadramento das experiências da CSA no âmbito do sistema agroalimentar brasileiro contemporâneo, diferenciando dos circuitos longos de comercialização por meio de intermediários no qual o camponês se coloca de modo subordinado e em circuitos de proximidade ou curtos de comercialização com a venda direta de alimentos em Redes Alimentares Alternativas.

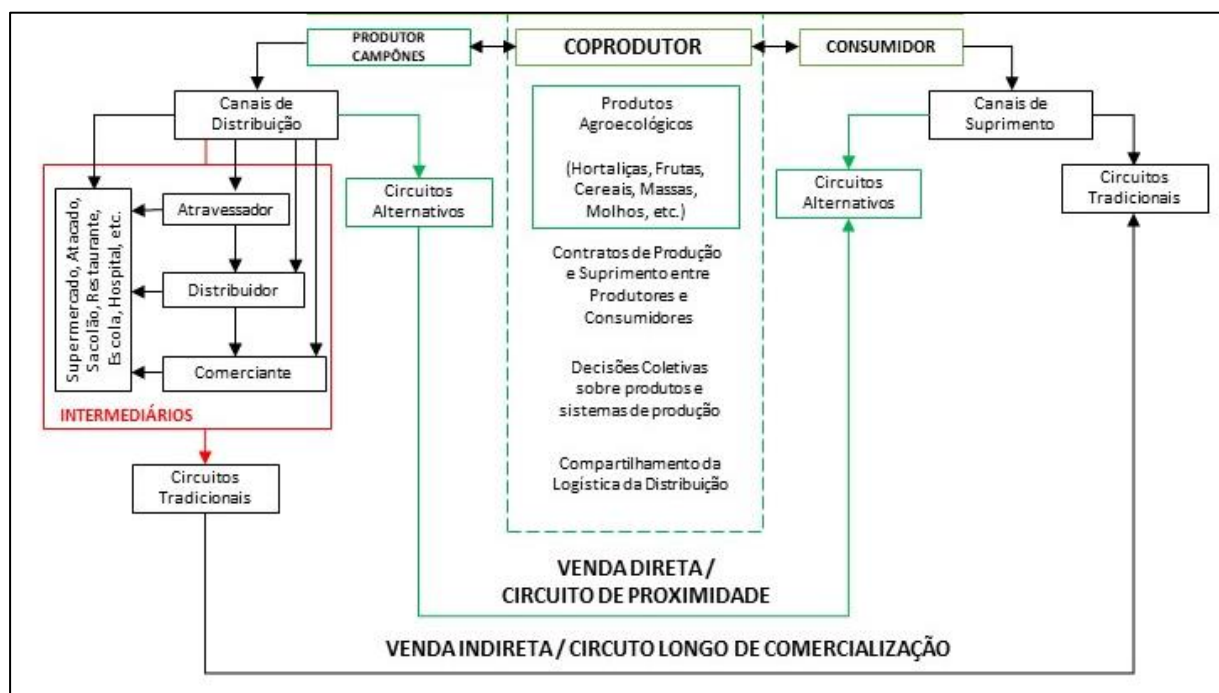


Figura 1 – Dimensionamento da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no Brasil no mercado agroalimentar brasileiro em circuitos curtos de comercialização ou proximidade. Elaboração: João Martins.

Dessa forma, a CSA de um lado subsidia uma **produção** de pequena escala, orientada a partir do manejo dos agroecossistemas e da conservação de saberes locais baseados em uma produção de base familiar em busca da autossustentabilidade. De outro, **reproduz** relações que fogem de um funcionamento baseado em um sistema hegemônico, como as relações de produção camponesa, que estão buscando uma alternativa para seu próprio futuro e, com ele, também o nosso, propagando um modo de produzir com respeito aos ecossistemas locais. Em seguida, apresentaremos a experiência da primeira CSA do Brasil, localizada na cidade de Botucatu- SP.

4. Territorialidade camponesa e o CSA Demétria

Entendemos que a CSA manifesta territorialidades geográficas camponesas (FERNANDES, 2016, 2009), abrindo possibilidades para lógicas contraditórias ao capital hegemônico, como a junção de seres humanos em torno de ações de solidariedade, que buscam a utopia de um mundo em que a lógica de lucro não impere sob os alimentos essenciais para a vida humana. Assim, a produção camponesa na agricultura não está buscando somente a sua autonomia, como também um futuro onde a produção e consumo sejam compartilhados por relações de confiança e de ajuda mútua.

Oliveira (2012, p. 74) a partir de uma vertente materialista dialética entende o território como “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” onde do ponto de vista da análise geográfica:

[...] essa corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em geografia [...] Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha o papel de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

Para Raffestin (1993) o território se constitui a partir do espaço que é marcado por relações sociais dissimétricas de poderes, que estão de maneira articulada com a totalidade que as promovem. Segundo o autor (1993, p. 143-144):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...].

Assim, buscamos entender a CSA como uma alternativa de desenvolvimento local que por meio de princípios de princípios de igualdade entre os membros com decisões tomadas em conjunto (autogestão e associativismo), colhem benefícios de

uma alimentação agroecológica e trazem uma alternativa para a reprodução camponesa dentro de um mercado dominado por um capitalismo cada vez mais monopolizado.

Nesse seguimento, entramos em contato com a experiência do CSA Demétria em Botucatu, uma cidade em torno de 300 km ao leste da capital, a cidade de São Paulo, como demonstrado no mapa a seguir.



Mapa 3 – Mapa de Botucatu – SP. Fonte: Google Earth

Historicamente, a região sempre despertou interesse do agronegócio, sendo dominada por grandes monoculturas de café, cana, do milho e do eucalipto. Além disso, a criação do gado possui certo destaque na região, transformando a área de cerrado em pastagem.

Neste cenário, a Fazenda Demétria, um bairro do município com aproximadamente 47 hectares, se coloca de maneira peculiar em relação ao seu entorno. O local com forte influência da sociedade antroposófica no Brasil é referência em Agricultura Biodinâmica e Orgânica e abriga várias associações relacionadas à Economia Associativa e Pedagogia Waldorf inspiradas nos pensamentos do filósofo austríaco Rudolf Steiner.



Figura 2 - Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica localizada no Bairro Demétria em Botucatu. Fonte: João Martins.

Dessa forma, o bairro Demétria, em Botucatu, expandiu-se a partir de uma experiência pioneira, no Brasil, de desenvolvimento da agricultura biodinâmica. Em 1974, dois empresários adquiriram terras nos altos da cuesta basáltica do município, transferidas em seguida para uma associação antroposófica, com o objetivo de promover a agricultura biodinâmica. Assim, ao longo do tempo outras iniciativas ligadas à filosofia antroposófica se desenvolveram na localidade, especialmente a

promoção de outras terras para a agricultura orgânica, a fundação de uma escola sob pedagogia Waldorf e a organização da CSA (RETIERE, 2019) .

Foi no ano de 2011, temos a formação da primeira CSA no Brasil na localidade, através de algumas interações de agricultores locais com moradores locais. Hermann Pohlmann, Marit Scheibe, Claudia Vivaqua e Carlos Lira no ano de 2011 inspirados pelas ideias da CSA ao redor do mundo e pela antroposofia, decidiram procurar agricultores locais para a concepção de uma CSA, questionando sobre seu trabalho e seu modo de viver ficando evidente a dependência dos agricultores locais das feiras para a venda de seus produtos. Somando a isto, o diálogo com moradores do bairro foram dando forças para surgimento da CSA, visto que os residentes questionavam muitas vezes a questão da inacessibilidade e dificuldade de acesso a produtos de procedência orgânica e biodinâmica.

Dessa forma, com um único depósito no mês de maio de 2011, a primeira CSA do Brasil se iniciou com 20 moradores do bairro Demérta e um agricultor biodinâmico local, Marcelo Verrísimo. Além das cestas com vegetais, hortaliças e frutas, os consumidores possuem a possibilidade de acesso à laticínios, pães e hortaliças produzidos também no bairro.

A horta do Marcelo é uma terra arrendada de 33.000m², sendo 10 hectares de cultivos de alimentos orgânicos e biodinâmicos (figura 1). Hoje, Marcelo e seus familiares conseguem renda e independência de seu modo de produzir com a CSA e atendem cerca 13 depósitos em Botucatu, nas cidades próximas como Ourinhos-SP e Bauru-SP, e na capital do estado na cidade de São Paulo- SP, onde os alimentos são distribuídos em uma feira de alimentos orgânicos. Ao todo a CSA de Botucatu, consegue alimentar cerca de 300 famílias, de acordo com Marcelo.



Figura 3 – Horta do Marcelo no bairro Demétria em Botucatu- SP. Fonte: CSA Demétria.

Os elementos que norteiam a produção camponesa apontados por José Vicente Tavares dos Santos (1978) se fazem presentes na dinâmica da CSA Demétria. Destacamos o vínculo com a terra pelos agricultores e o grande sentimento de pertencimento do coletivo em oposição ao individual. A reprodução da rotina de trabalho e vida cotidiana centrada no sustento familiar dos agricultores e os coagricultores, ou seja, moradores do bairro e das cidades onde a CSA Demétria.

Os consumidores (coagricultores) contribuem com o valor de R\$135,00 por mês para o recebimento de cestas de alimentos semanais com sete variedades ou R\$252,00 para cestas com catorze variedades de comestíveis. As figuras a seguir mostram um pouco dos alimentos que são ofertados nas cestas.



Figura 4 - Lousa na CSA Demétria, apresentando os alimentos das cestas semanais.
Fonte: CSA Demétria.



Figura 5 – Concepção das cestas de alimentos da CSA Demétria.

São feitas várias atividades no local de produção, que funciona como um espaço de convívio para o bairro local. A promoção do contato dos coagricultores com a terra é constante, tanto em eventos esporádicos onde são feitas atividades para que todos auxiliem ajudando na plantação e coleta de alimentos, entendendo de forma completa como a comida chega em sua mesa. Os mutirões ajudam a interação dos produtores locais com os moradores do bairro e da cidade, que participam ativamente na dinâmica da horta. Esses eventos remetem à coletivização das atividades de produção.



Figura 6 – Cartaz de divulgação de Encontro Festivo na CSA Demétria. Fonte: CSA Demétria.

O foco da produção da CSA não se dá pelo lucro e sim pela valorização da família e comunidade ao redor, apesar dos produtos biodinâmicos e a cesta de orgânicos serem uma forma de renda de monopólio entendida como “mercadorias produzidas em uma porção de superfície terrestre dotada de qualidades especiais” ((OLIVEIRA, 1995: p. 75 e 76).

A forte relação entre o trabalho familiar e o consumo da família é observada, já que a alimentação pelos princípios que regem a CSA tenta ao máximo possível se manter na esfera do local, evitando ao máximo a necessidade de abastecimento externa. Assim, Marcelo, junto com os pais, irmãos e sobrinhos conseguem reter certa autonomia diante do mercado capitalista, demonstrando as possibilidades de circuitos de comercialização curtos para a produção camponesa (SANTOS, 1978).



Figura 7 - Família do agricultor Marcelo. Fonte: CSA Demétria.

A jornada de trabalho varia conforme a época do ano, com atenção a sazonalidade do plantio de acordo com as estações do ano e as características locais. Isso se coloca também por um princípio da CSA e no caso específico da Demétria pela produção biodinâmica, que respeita um calendário astrológico peculiar de semeadura, plantio, irrigação e colheita. Além disso, utiliza os preparados biodinâmicos que são pulverizados no solo e nas plantas. Feitos principalmente a partir de plantas medicinais, esterco e silício (quartzo), atuam como biofertilizantes naturais para a plantação.



Figura 8 - Preparados biodinâmicos. Fonte: CSA Demétria.

Portanto, entendemos que a CSA Demétria é um dos casos do processo de territorialização e reprodução camponesa. O modo de vida, do relacionamento com a terra, da família e os moradores do bairro, do trabalho, vemos uma territorialização de uma outra forma de produção. São elementos que provam a recriação do campesinato e a mudança da cultura do preço pelo apreço.

A existência camponesa se torna cada vez mais necessária, posto que, o modelo de modernização agrícola entendido como agronegócio revela uma crise ecológica e humana, na qual os alimentos se transformam em mercadoria controlados

pela busca incessante do lucro. A existência de inúmeras experiências agroecológicas no mundo e no Brasil como esta apresentada, sem a utilização de agrotóxicos e com um outro modo de produzir essas vivências entendidas como frações de territórios camponeses (MARQUES, 2000). Por essa razão as formas de (re)produção camponesa ocorrem de modo conflituoso, pautados em outras lógicas opostas ao modo de produção e de comercialização hegemônicos no campo.

Considerações Finais

Pode-se constatar que mesmo com expansão do agronegócio o campesinato ainda persiste nas mais variadas lutas e resistências deflagradas pelos movimentos sociais do campo. As inovações tecnológicas substituíram as práticas camponesas e promoveram a subordinação dos camponeses à lógica capitalista. As contradições têm demonstrado os distintos interesses entre o agronegócio e agricultura camponesa, uma vez que as pequenas unidades agrícolas contribuem significativamente para a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Apesar de não receber a devida atenção por parte dos órgãos públicos, as atividades produtivas na agricultura familiar têm positivamente gerado renda e empregos no campo. O fortalecimento do campesinato vem se dando pelo engajamento dos movimentos sociais, e a criação de políticas públicas para garantir o acesso a terra e a permanência no campo. A dificuldade que os camponeses têm encontrado faz com que muitos abandonassem o campo e fossem para os centros urbanos. Por fim, as ocupações de terras, as manifestações é uma demonstração de que o diverso movimento social vem ganhando espaço neste limiar do século XXI.

Como bem identificou Shanin (1979, p. 238, apud. MOTTA & ZARTH, 2008, p.23), “dia após dia, os camponeses fazem os economistas suspirarem, os políticos suarem e os estrategistas praguejarem, malogrando seus planos e profecias em todos os lugares do mundo”, tratando-se nesse sentido, de **territorialidades geográficas camponesas** pautadas em práticas econômicas e sociais que buscam a transformação da ‘cultura do preço’ pela ‘cultura do apreço’ (MARCOS, 2007).

Essas vivências, manifestam o uso de uma territorialidade com uma lógica distinta à hegemônica, demonstrando, dessa forma, relações de poder em disputa na

construção de outras formações territoriais (RAFFESTIN, 1993). Como registrou o autor, a noção de territorialidade:

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a **multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade**, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, **todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também.** O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Assim, com a agroecologia e a economia solidária, muitas famílias camponesas têm construído suas geografias da contestação, em relações de poder por meio de circuitos de comercialização que fogem a lógica hegemônica, enfrentando a territorialidade passiva imposta pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio. As CSAs espalhadas pelo mundo, como a CSA Demétria são um exemplo que abrem possibilidade para outro tipo de relação na comercialização e na produção, permitindo a reprodução camponesa na agricultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Nera, n. 16, 2012.

BELIK, Walter. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. 1999. 143f Tese (livre docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286008>. Acesso em: 5 Jan. 2021.

BRAZ, Marcones I. **Espaço agroecológico e comercialização: a construção de mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CASTRO, Nazaret. **La dictadura de los supermercados: cómo los grandes distribuidores deciden lo que consumimos**. Ediciones Akal, 2017.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONFORTI, Piero. **Impact of disasters and crises on agriculture and food security, 2017**. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2018.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDENBURG, A., ALENCAR, M. D. C. F., & ABREU, L. S. **Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. Ambiente & Sociedades**. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>, p. 1-22, 2016

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária neoliberal e os desafios da Geografia Agrária. In: Manoel Martins de Santana Filho, Maria Adailza Martins de Albuquerque, Sueli Ângelo Furlan. (Org.). **Internacionalização, financiamento e socialização da Ciência**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, v. 1, p. 13-36.

_____. A política agrária que precisamos. In: Emir Sader. (Org.). **O Brasil que queremos**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, v. 1, p. 203-216.

_____. **Sobre a tipologia de territórios. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERREIRA NETO, N., TORUNSKY, F. **Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner**. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 8(2), 2014, pp.1-10.

GOODMAN, D. **Place and space in alternative food networks: Connecting production and consumption**. Department of Geography. King's College London. 36p. 2009.

HANEY, J. M., Ferguson, M. D., Engle, E. W., Wood, K., Olcott, K., Luloff, A. E., & Finley, J. C. **Defining the "C" in Community Supported Agriculture**. *Journal of Agriculture*, 2015.

HENDERSON, Elizabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the harvest: a citizen's guide to Community Supported Agriculture - revised and expanded edition**. Vermont, USA: Chelsea Green Publishing Company, 2007.

IUNES, Camila Silva., Mira, P. M., Ramos-Filho, L. O., de Queiroga, J. L., Neves, M. C. **Estratégias para a Multiplicação de Vias de Comercialização através do Consumo Consciente**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 2, p. 10-10, 2018.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 403 p.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. **O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saúde e Sociedade** [online]. 2016, v. 25, n. 2 [Acessado 7 Dezembro 2021] , pp. 505-515. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>.

MARCOS, Valéria de. Campesinato, modo de vida e território. In: Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. (Org.). **A necessidade da Geografia**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2019, v., p. 93-106

_____. Os camponeses e as práticas de cooperação no campo brasileiro na atualidade. In: Sandra Lencioni: Jorge Blanco. (Org.). **Argentina e Brasil: territórios em redefinição**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2016, v., p. 209-232.

_____. **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro**. Agrária, São Paulo, nº 7, pp. 182-210, 2007.

_____. **Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile**. Tese (Doutorado). Università degli Studi di Genova. Genova/Italia, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1986.

MOTTA, M. e ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008

NAKAMURA, Angélica Campos. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2017.tde-09032017-090516. Acesso em: 2021-09-01.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2001. 164p.

OLIVEIRA, Émerson Dias. **O lugar da produção e consumo em circuitos curtos**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 2018b.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Kessler Dal; CAPORAL, Francisco Roberto. **A construção de uma ciência a serviço do campesinato**. In: PETERSEN, Paulo (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

PLOEG, Jan Douwe van dr. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. R. Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. Editora contexto, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RETIÈRE, Morgane; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2019, v. 57, n. 3 [Acessado 24 Dezembro 2021], pp. 490-503. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184109>>. Epub 16 Set 2019. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184109>.

SABOURIN, Eric. **Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento**. Sociologias, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SCHNELL, S.M. **Food with a farmer's face: community-supported agriculture in the United States**. The Geographical Review. 2007, p.550–564

SEVILLA GUZMAN, E; MONTIEL, M. S. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria**. PH Cuadernos. v.26. Sevilla, 2010.

SESSO FILHO, Umberto Antonio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos 1990**. Tese de Doutorado - ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação P. Abramo, 2002.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26, Editora vozes, 1980.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Gaia. 2003.

TORUNSKY, Flavia. **Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Université de São Paulo, Piracicaba, 2019. doi:10.11606/D.91.2019.tde-03052019-181241. Acesso em: 2021-09-01.